



MARINA LUZ SILVA DE MELO

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO CULTURAL: UM ESTUDO
SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO
SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES
CULTURAIS NO MUNICÍPIO DE LAVRAS**

LAVRAS – MG

MARINA LUZ SILVA DE MELO

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO CULTURAL: UM ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES
PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E
INDICADORES CULTURAIS NO MUNICÍPIO DE LAVRAS**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras,
como parte das exigências do Curso de Administração
Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Orientadora
Dra. Luciana Braga Silveira

LAVRAS – MG

2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por estar comigo durante toda essa caminhada acadêmica e a Universidade Federal de Lavras, principalmente aos professores da Administração Pública pela oportunidade da troca de aprendizagem.

A professora Luciana Braga Silveira pela orientação, paciência, carinho e toda a gentileza e apoio durante o desenvolvimento dessa pesquisa. Gratidão!

Ao Observatório de Políticas Públicas pela oportunidade e confiança proporcionada, em especial ao Paulo Fernandes pelo apoio e o comprometimento em várias reuniões noturnas me auxiliando no desenvolvimento da pesquisa.

A minha mãe Rejane, minha eterna gratidão! Obrigada mãe, pelo apoio, força e companheirismo e principalmente por me ensinar desde criança, que a consciência política é fundamental para a participação em uma sociedade.

A minha irmã Letícia que mesmo a milhas de distância sempre esteve presente me dando forças, me encorajando e sendo meu ponto de fortaleza.

A Banda Euterpe Operária de Lavras: muito obrigada por me acolherem e confiarem em mim enquanto representante da banda, dedico essa pesquisa ao privilégio de fazer parte desse patrimônio imaterial centenário de Lavras.

Aos meus professores de música, Andressa, Lázaro e Mário, não só pela dedicação em me tornarem uma musicista, mas por me ensinarem a expressar o verdadeiro sentimento através das notas musicais.

A todos meus amigos, e as amigas que fiz durante a graduação: Ana Laura, Ellen e Luzia, obrigada por todos os momentos que passamos juntas.

Aos funcionários da Epamig, em especial ao Leandro e Marcelo por me ensinarem na prática que a gestão pública é feita através da dedicação em servir o interesse coletivo.

Por fim, e não menos importante, agradeço a minha prima Mariana. Se não fosse pelo o brilho em seus olhos ao me apresentar o curso de Administração Pública, nada disso seria concretizado.

Gratidão a todos vocês!

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa foi realizar um diagnóstico a respeito das formas de coleta, sistematização e utilização das informações culturais no município de Lavras e analisar quais são as medidas necessárias para o município criar um Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais. Para isso, o presente estudo se propôs a analisar o fluxo da informação sobre cultura na Secretaria de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura de Lavras, o seu processo de gestão e identificar indicadores para o monitoramento dos dados culturais sobre os eventos, espaços, agentes e projetos de cultura no município, por meio da pesquisa documental e da realização de entrevistas semiestruturadas. Utilizou-se para a coleta e análise dos dados a abordagem qualitativa. Com os dados obtidos foi possível concluir que a dispersão das informações culturais e a ausência de uma infraestrutura tecnológica para o armazenamento das informações culturais de Lavras dificultam o processo da gestão das informações de cultura na secretaria. Da mesma forma, a falta de recursos orçamentários, gestores capacitados e transparência das informações são desafios para a construção e o desenvolvimento de políticas públicas culturais sólidas para serem executadas a médio e longo prazo. Destaca-se a necessidade de realização de um diagnóstico cultural que, para além do já existente cadastro dos agentes e instituições culturais, contemple outras dimensões da cultura. Assim, acredita-se ser possível a criação de um Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais mais abrangentes, capaz de articular as informações e dados culturais que subsidiem o desenvolvimento contínuo de políticas culturais no município, conectadas à realidade e às demandas locais.

Palavras-chave: Cultura. Gestão da informação. Indicadores Culturais. Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 4.1 – Fluxograma Eventos.....	33
Figura 4.2 – Fluxograma Equipamentos.....	35
Figura 4.3 – Fluxograma Agentes.....	37
Figura 4.4 – Fluxograma Projetos.....	38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro de Indicadores.....	40
---------------------------------------	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
Objetivos Gerais	10
Objetivos Específicos.....	10
2. JUSTIFICATIVA	11
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
3.1 Políticas Públicas Culturais no Brasil	12
3.2 Plano Nacional de Cultura.....	17
3.3 Sistema Nacional de Cultura	19
3.4 Diagnóstico e Indicadores Culturais	21
3.5 Tecnologias de Informação e Comunicação na Cultura.....	23
3.6 Gestão da Informação.....	25
4. METODOLOGIA	27
4.1 Contextualização do Ambiente de Pesquisa	27
4.2 Caracterização e Natureza da Pesquisa	27
4.3 Procedimentos para Análise de Dados	29
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	30
5.1 Construção de Indicadores Culturais	39
5.2 Caminhos para a implementação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores no município de Lavras.....	46
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52
APÊNDICE A – Roteiro	59
APÊNDICE B - Roteiro.....	65

1. INTRODUÇÃO

A definição de cultura pode ser desenvolvida e compreendida sob diversas perspectivas e campos, sejam eles filosóficos, antropológicos, sociológico, econômico, organizacional, dentre outros. Na perspectiva da antropologia, para além de sua definição como conjunto de saberes, normas, crenças, mitos, valores que são passados de gerações para gerações, a noção de cultura também engloba a sua capacidade de estruturar comportamentos e visões de mundo.

A cultura é produzida por meio da interação social entre os homens, em seu processo de construção dos valores simbólicos, das identidades, nas diferentes maneiras de agir, pensar, dentro de um conjunto de práticas por meio das quais os indivíduos se relacionam entre si. Mas a cultura é dinâmica: as interações sociais com o tempo proporcionam, por outro lado, a transformação de hábitos, valores e costumes. A cultura, dessa forma, é constituída e reproduzida à medida que os seres humanos interagem e se socializam.

Contudo, a cultura não se delimita apenas na construção dos valores e crenças em uma sociedade, ela é um direito fundamental do indivíduo, permitindo e assegurando ao ser humano a garantia de usufruir de direitos culturais. Cabe ao poder público dessa forma, garantir através de políticas públicas que todos os indivíduos possam ter acesso aos equipamentos e bens culturais.

De certo, é relevante enfatizar a importância das políticas públicas culturais para o estímulo da preservação e valorização das diferentes identidades culturais. Desse modo, compreender a diversidade cultural é imprescindível para o desenvolvimento, econômico, social, ambiental e humano visando a transformação social de uma sociedade. Não há como pensar em desenvolvimento sem levar em consideração a cultura, uma vez que através da promoção da cultura, é possível estimular além do senso crítico dos indivíduos, a inclusão social e participativa.

A construção de políticas públicas culturais no Brasil passou por grandes percalços e discontinuidades, como no caso da extinção do Ministério da Cultura em 2019. Os grandes desafios da institucionalização da cultura no Brasil atualmente são a estruturação dos sistemas de cultura para o desenvolvimento das políticas públicas desse setor, principalmente no âmbito local na democratização do acesso à cultura e na falta do financiamento do Estado para o campo cultural.

A criação de mecanismos e instrumentos de gestão cultural, como o Sistema Nacional de Cultura (SNC) tem por objetivo promover de forma institucional o desenvolvimento das políticas públicas culturais entre os entes da federação, sendo eles: União, Estados, Municípios e Distrito Federal. A criação do SNC foi prevista pelo Plano Nacional de Cultura (PNC), que tem por finalidade conduzir a política cultural nacional, através do estabelecimento de diretrizes e metas que assegurem a defesa do patrimônio cultural brasileiro, bem como a disseminação de bens culturais, além da implementação das políticas públicas de Cultura e a integração dos sistemas de gestão cultural. O PNC estabeleceu 53 metas para sua execução, que visavam o desenvolvimento de mecanismos que auxiliassem a formulação de políticas públicas consistentes e coerentes nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, o desenvolvimento do acesso universal à cultura e também a promoção dos diálogos entre os agentes e órgãos culturais públicos e a sociedade civil.

Um dos principais instrumentos institucionais da cultura nacional, o Sistema Nacional de Cultura (SNC) é estruturado de forma descentralizada e principalmente participativa, sendo um instrumento de gestão de políticas públicas culturais que visa assegurar o desenvolvimento social, econômico e humano. O SNC tem como princípios promover a diversidade e a universalização do acesso à cultura, bem como a interação e integração do desenvolvimento e a execução das políticas públicas voltadas para a cultura; a cooperação da gestão entre os entes federados e a iniciativa privada; a democratização visando à participação social nas tomadas de decisões e controle social das políticas públicas culturais e a ampliação progressiva dos recursos públicos orçamentários para fomento das ações e desenvolvimento da cultura.

O Sistema Nacional de Cultura prevê a constituição dos seguintes componentes nas três esferas de governo, sendo eles: Órgão Gestor da Cultura, Conselho de Política Cultural, Conferência de Cultura, Comissão Intergestores, Plano de Cultura, Sistema de Financiamento da Cultura, Sistemas Setoriais de Cultura, Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais e o Programa de Formação na Área da Cultura, sendo esses elementos imprescindíveis para que a política cultural possa ser executada pelos entes federados.

Para que esses princípios possam ser atingidos, o Sistema Nacional de Cultura, conta como elemento constitutivo de gestão, o Sistema de Informações e Indicadores Culturais. Esse Sistema é composto por mecanismos de coleta, análises, organização, diagnósticos e armazenamento de dados que dizem respeito à cultura, quais sejam: programas, projetos,

patrimônio material e imaterial, conjuntos artísticos em geral e todas as ferramentas de cultura de uma determinada localidade. Para analisar e monitorar essas informações devem ser construídos indicadores culturais, quantitativos e/ou qualitativos para o auxílio à gestão cultural, possibilitando a formulação de um planejamento estratégico para o desenvolvimento da cultura, ancorado na realidade cultural local.

É necessário ressaltar a importância das informações para melhor orientar as tomadas de decisão dos gestores culturais. É notória a relevância que as informações e a construção de indicadores têm para as políticas públicas de cultura, garantindo um desenvolvimento contínuo, pois, uma vez que se tenha um aparato e acervo de conhecimento sobre a realidade local é mais fácil definir e analisar quais as ações planejadas serão mais eficazes para o fomento da cultura local.

A criação dos Sistemas Municipais de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC) tem como objetivo organizar e disponibilizar para o acesso público, às informações culturais de forma a oferecer subsídios aos agentes de cultura públicos e privados no âmbito municipal, no monitoramento e avaliação das políticas públicas no campo da cultura, além de ser um importante instrumento para a transparência das ações do poder público nesse setor. A partir do exposto apresentam-se os questionamentos desta pesquisa: como são geridas as informações sobre cultura em Lavras e como têm sido utilizadas para a estruturação das políticas de cultura locais? De que forma a criação de um SMIIC pode contribuir para uma gestão mais efetiva da cultura?

Objetivos Gerais

Realizar um diagnóstico a respeito das formas de coleta, sistematização, organização e utilização das informações culturais no município de Lavras e analisar e discutir quais são as medidas necessárias para o município adotar o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais.

Objetivos específicos

- Realizar um levantamento das informações sobre a cultura local e analisar a maneira como são organizadas;
- Analisar as formas de utilização dos dados e informações culturais para a elaboração das políticas de cultura locais;

- Identificar indicadores para o monitoramento dos dados culturais que possam contribuir para a formulação de políticas públicas específicas para as várias linguagens artísticas-formas de expressão da cultura;
- Indicar caminhos para a implementação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores do município.

2. JUSTIFICATIVA

A princípio, é importante levar em consideração toda a história, contexto e a construção do marco regulatório do campo da cultura nas últimas décadas no país. Mesmo com o desafio da consolidação da cultura como política pública no Brasil, houve grandes avanços nas construções das políticas culturais. No entanto, os órgãos públicos no campo cultural carecem de vários recursos para a gestão desse setor, como financeiros, humanos e materiais, além de necessitarem da estruturação e profissionalização da gestão e da organização do desenvolvimento da cultura nos municípios.

Com a institucionalização do Sistema Nacional da Cultura, a gestão das políticas públicas no âmbito dos entes federados se tornou mais estruturada e descentralizada. Nesse contexto, o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais possibilita organizar e disponibilizar as informações necessárias para o desenvolvimento da diversidade cultural local e transparência dos recursos públicos voltada para a área da cultura. Dessa forma, essa pesquisa tem por finalidade realizar o diagnóstico da gestão das informações e indicadores culturais no município de Lavras, e indicar caminhos para a implementação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais.

Situada na região Campo das Vertentes em Minas Gerais, Lavras, mais conhecida como a cidade das escolas e dos Ipês, conta com alguns equipamentos culturais e patrimônio histórico como: a Biblioteca Municipal Meirinha Botelho, Casa de Cultura Bi Moreira localizada no campus histórico da Universidade Federal de Lavras, Centro de Artes e Esportes Unificados – Praça CEU's, Igreja Nossa Senhora do Rosário, Praça Dr. Augusto Silva, Praça Dr. Jorge e Praça Dr José Esteves No entanto, as informações e principalmente os registros sobre a cultura local estão dispersos, dificultando o processo de implementação das políticas de cultura.

Embora já tenha sido criado o Sistema Municipal de Cultura, ainda não foi implementado o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais, sendo esse de suma importância para a gestão da cultura local. Justifica-se, dessa forma, a análise do processo de gestão da informação para subsidiar a implementação do SMIIC, contribuindo-se, assim, para a elaboração das políticas públicas culturais e para a valorização e difusão da diversidade cultural do município.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Políticas Públicas Culturais no Brasil

A política cultural é compreendida como um conjunto de ações e formulações de medidas de fomento à cultura desenvolvida tanto pelo Estado quanto pelas organizações não governamentais cujo objetivo é o desenvolvimento sociocultural. Dessa forma, as políticas públicas culturais são necessárias para o estímulo da preservação e valorização das diferentes identidades culturais. Segundo Calabre:

A recuperação da política cultural levada a cabo por um determinado governo ou em um período da história de um país pode ser realizada através do mapeamento das ações do Estado no campo da cultura, ainda que este não as tenha elaborado ou reunido como um todo coerente, como uma política determinada. O mapeamento de tais ações deve ter como foco os âmbitos da produção, da circulação e do consumo culturais (CALABRE, 2005, p. 1).

No Brasil, o percurso das políticas públicas governamentais voltadas para cultura teve início no século XX. A política pública de cultura do governo Vargas (1930-1945) permitiu o desenvolvimento de programas, secretarias e organizações voltadas para o fortalecimento do setor cultural brasileiro. Para Rubim, (2007, p.16) “A política cultural implantada valorizava o nacionalismo, a brasilidade, a harmonia entre as classes sociais, o trabalho e o caráter mestiço do povo brasileiro”.

A partir de 1936 foram criados a Superintendência de Educação Musical e Artística o Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936) o Serviço de Radiodifusão Educativa (1936), o Serviço Nacional de Teatro (1937) o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que posteriormente se transformou em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e a criação do Conselho Nacional de Cultura (1938).

A Criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937 foi um marco para a política cultural no Brasil. Implementado na gestão de Mário de

Andrade, o SPHAN, recebeu grandes modernistas da época como Rodrigo de Melo Franco, figura emblemática que atuou frente à preservação do patrimônio histórico e cultural do país.

Segundo Rubim:

O Serviço, depois Instituto ou Secretaria, opta pela preservação do patrimônio de pedra e cal, de cultura branca, de estética barroca e teor monumental. Em geral: igrejas católicas, fortes e palácios do período colonial. Com isto, o Sphan circunscreve a área de atuação, dilui possíveis polêmicas, desenvolve sua competência técnica qualificada e profissionaliza seu pessoal (RUBIM, 2007, p.17).

Entretanto, no período após 1964, marcado pela ditadura militar, a censura da liberdade de expressão corroborou para as divergências sociais no campo da cultura. Para Calabre (2007) a evolução na área da cultura entre 1945 e 1964 foi desenvolvida no campo da iniciativa privada com o viés do conservadorismo. Contudo, mesmo ocorrendo à censura nas artes, o Estado durante esse período fomentava ações e subsídios para a cultura, através da criação do Conselho Nacional de Cultura (1966). Conforme Moisés (2001) a temática cultural para os Militares baseava-se na concepção de que a cultura era um setor de legitimação da gestão política. De acordo com Miceli:

A importância político-institucional desse ideário de uma conduta consistiu sobretudo no fato de haver logrado inserir o domínio da cultura entre as metas da política de desenvolvimento social do governo Geisel. Foi a única vez na história republicana que o governo formalizou um conjunto de diretrizes para orientar suas atividades na área cultural, prevendo ainda modalidades de colaboração entre os órgãos federais e de outros ministérios. (Miceli, 1984, p.57).

Logo no final do mandato do Presidente Médici (1969-1974), é criado o Plano de Ação Cultural (PAC), que tinha por objetivo o financiamento de recursos para ações e eventos voltados para o patrimônio e atividades culturais e artísticas. De acordo com Calabre (2007), o PAC lançado no ano de 1973 tinha como uma das metas, a implementação de um calendário de eventos de cultura financiado pelo Estado. Esse calendário corroborava para a difusão das atividades culturais no país, com a apresentação de músicas, teatro, folclore, e cinema.

Já em 1975 foi implementado a Política Nacional de Cultura (PNC), o objetivo central do PNC era a implementação de um sistema que auxiliasse a coordenação de forma estratégica frente às ações de várias instituições dentro do campo da cultura. Na década de 70 houve uma busca precisa de uma Política Nacional de Cultura cuja finalidade era encontrar a hegemonia cultural através do domínio sobre o processo cultural (Cohn, 1984).

Neste ínterim, mediante a institucionalização e consolidação das políticas públicas culturais, é então criado o Ministério da Cultura (1995) por meio do Decreto n. 91.144, durante o governo de José Sarney e frente a uma necessidade de separar a pasta da cultura da educação. No entanto, a instauração do Ministério da Cultura trouxe várias divergências em relação à atuação política e disputas de cargos. Nas palavras de Calabre:

Logo de início o Ministério enfrentou muitos problemas, tanto de ordem financeira como administrativa. Faltava pessoal para cuidar do conjunto de atribuições que cabem a um Ministério, recursos financeiros para a manutenção dos programas existentes e até mesmo espaço físico para a acomodação da nova estrutura. Ocorreu também um processo de substituição contínua na chefia da pasta. José Aparecido de Oliveira foi nomeado Ministro da Cultura, logo substituído por Aluísio Pimenta, que por sua vez passou o cargo, em 1986, para Celso Furtado. (CALABRE, 2007, p. 6).

No decorrer dos anos 80, em busca de novos mecanismos de incentivo à cultura, é criada a primeira lei de incentivo fiscal no Brasil, a Lei Sarney (Lei nº 7.505/86). A lei conferia benefícios fiscais para que as organizações de iniciativa privada investissem em financiamento às atividades culturais. Porém, foram recebidas inúmeras críticas com a institucionalização desta lei, que contrariava os investimentos em novas organizações, uma vez que rompia com a conduta vigente de financiamento à cultura. Nas palavras de Rubim, “Em vez de financiamento direto, agora o próprio Estado propunha que os recursos fossem buscados pretensamente no mercado, só que o dinheiro em boa medida era público, decorrente do mecanismo de renúncia fiscal” (RUBIM, 2007, p. 24).

Em razão de inúmeras críticas recebidas em detrimento de erros cometidos com a aplicação da Lei Sarney, a mesma foi extinta em 1990 na gestão do presidente Fernando Collor de Melo. Além disso, o governo de Collor é marcado pela instabilidade das políticas culturais onde houve alteração na estrutura das políticas públicas no campo da cultura e na redução da participação do Estado frente à economia, o que acarretou além da revogação da lei Sarney, a extinção do Ministério da Cultura, vedação da Embrafilme e várias outras organizações que atuavam na área da cultura. Para Nascimento:

Como consequência da ausência do Estado nas políticas públicas voltadas para a cultura, vários funcionários foram de órgãos públicos demitidos. Essas ações de grande repercussão na sociedade foram tomadas nos primeiros momentos do governo, revelando desde já qual a importância da cultura como estratégia de Estado para aquela gestão (NASCIMENTO, 2007, p.5).

Já na década de 91, ainda no governo Collor, é promulgada uma nova lei de incentivo à cultura que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura. Essa lei ficou denominada como Lei Rouanet (Lei 8313/91), tendo como finalidade o financiamento às atividades culturais por meio de renúncias fiscais. Mais uma vez o Estado passa o poder de decisão sobre a gestão dos recursos provenientes da lei Rouanet para a iniciativa privada. Nas palavras de Rubim:

Ao longo da gestão Weffort, a Lei Rouanet se tornou um importante instrumento de marketing cultural das empresas patrocinadoras. A Lei foi sofrendo algumas alterações que foram subvertendo o projeto inicial de conseguir a parceria da iniciativa privada em investimentos na área da cultura. As alterações ampliaram um mecanismo de exceção, o do abatimento de 100% do capital investido pelo patrocinador. Em síntese isso significa que o capital investido pela empresa, que gera um retorno de marketing, é todo constituído por dinheiro público, aquele que seria pago como impostos. O resultado final é a aplicação de recursos que eram públicos a partir de uma lógica do investidor do setor privado. Esta passou a ser a política cultural do ministério na gestão Weffort (RUBIM, 2007, p. 95).

Durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, o governo é marcado pela restauração institucional das políticas culturais, tal como, a recriação do Ministério da Cultura em 1992, tendo como Ministro responsável o cientista político Francisco Weffort. Nessa conjuntura, a cultura no país passa a ser mais reconhecida e valorizada do que os governos anteriores, com a criação de instituições, programas e políticas públicas sólidas, com o viés da preservação do patrimônio cultural material e imaterial, além da consolidação de leis de incentivo à cultura como forma de desenvolver gradativamente o acesso à cultura.

No entanto, é relevante ressaltar que com a perspectiva do Estado mínimo no governo do FHC, a cultura era subjugada pela lógica do mercado. De acordo com as análises de Barbalho (2007, p. 11) “o governo FHC não estava preocupado com a “segurança nacional”, nem, portanto, com a integração e a salvaguarda da cultura brasileira, mas com a formação de um mercado nacional e internacional para os diversos bens culturais produzidos no país”.

Logo após a saída de Fernando Henrique Cardoso da presidência e com a chegada do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, tendo como Ministro da Cultura o músico e político Gilberto Passos Gil Moreira, as políticas públicas culturais tiveram um novo rumo, principalmente no que tange a democracia e a política cultura, através expansão de conselhos culturais, mecanismos de participação social e a descentralização das políticas públicas para a cultura.

Em termos gerais, uma das primeiras ações adotadas no governo Lula, foi a criação da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID/MinC), cujo finalidade era garantir o acesso de agenciadores culturais a recursos e repasses do poder público para o fomento e desenvolvimento de suas atividades. Segundo Calabre (2007, p.11) “internamente foi planejada a criação de secretarias, buscando uma racionalização do trabalho que levasse a uma definição do papel do próprio Ministério dentro do sistema de governo”.

Diante disso, além da criação da SID, foram instituídas diversas secretarias como: Secretária de Apoio à Preservação da Identidade Cultural; Secretaria de Desenvolvimento de Programas e Projetos Culturais; Secretaria de Articulação Institucional e de Difusão Cultural; Secretaria de Articulação Institucional e Secretaria de Políticas Culturais, além de dois grandes marcos culturais com a implementação do Plano Nacional de Cultura e Sistema Nacional de Cultura.

A instituição desses instrumentos de gestão cultural possibilitou uma nova estrutura administrativa para a formulação de políticas públicas culturais e conseqüentemente para a gestão da cultura. O Plano Nacional de Cultura aprovado em 2011 e estabelecido pela Constituição de 88, possui 53 metas de orientação de sua execução, que visam conduzir o desenvolvimento de programas através de mecanismos que auxiliam por meio da formulação de políticas públicas no âmbito Federal, Estadual e Municipal, visando não só do estímulo ao acesso à cultura, mas também de promover o diálogo entre os agentes culturais e a sociedade civil.

Ainda na gestão de Gilberto Gil, foi realizada em 2005, pela primeira vez na história do país, a 1ª Conferência Nacional de Cultura, cujo objetivo era auxiliar na elaboração e formulação dos preceitos para o Plano Nacional de Cultura. A realização dessa Conferência trouxe uma ponte de comunicação entre o Estado, Sociedade Civil e os entes federados, possibilitando um debate a nível nacional acerca do cenário cultural no Brasil. Para Rubim, (2008) o desenvolvimento de um Sistema Nacional de Cultura realizado pelo ministério da cultura no governo Lula, em parceria com entes federados e a sociedade civil é de suma importância para o estabelecimento de estruturas e de políticas públicas pactuadas que auxiliam a continuidade de programas culturais a médio e longo prazo.

Em retrospecto, esses processos históricos culminaram em uma responsabilidade mais ativa do Estado em diversas áreas da cultura. A gestão de Gilberto Gil possibilitou maior

abrangência na participação da sociedade na formulação das políticas culturais. Segundo o próprio ex-ministro, uma das metas de sua gestão era a implementação de políticas culturais de caráter democrático, argumentando que: “formular políticas culturais é fazer cultura” (GIL, 2003, p.11). Calabre avalia os mandatos de Lula, sobre a perspectiva que:

A gestão atual do Ministério da Cultura, portanto, realizou avanços significativos no sentido de colocar a cultura dentro da agenda política do governo, fazendo com que ela deixasse de ter um papel praticamente decorativo entre as políticas governamentais. Contudo, novas questões se colocam. As reformas realizadas forneceram as condições mínimas de funcionamento para o Ministério. Estão abertos novos campos de atuação, nos quais os técnicos da área da cultura têm sido chamados para participar de alguns fóruns de decisão. Resta, agora, transformar esse complexo de ações em políticas que possam ter alguma garantia de continuidade nas próximas décadas. (CALABRE, 2009, p. 300).

3.2 Plano Nacional de Cultura

Durante o ano de 2003, no primeiro mandato do governo Lula foram propostas e consolidadas uma série de políticas públicas para a cultura, dentre elas o Plano Nacional de Cultura (PNC). Instituído em 2005, o PNC foi apresentado à Câmara dos deputados pelo então deputado Gilmar Machado, por meio da proposta à Emenda da Constituição, com alegação da necessidade da instituição de um mecanismo com o viés sistemático que estivesse previsto no Plano Plurianual (PPA), com o intuito de fomentar as políticas públicas no campo da cultura:

Desenvolvimento cultural do país, com ações e metas consistentes e eficazes que promovam a defesa e a valorização do patrimônio cultural brasileiro, o incentivo na produção e difusão de bens culturais, a formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões, a democratização ao acesso aos bens culturais e o reconhecimento de que somos um país multirracial, caracterizado pela diversidade regional e pluralidade étnica marcante. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2000).

Logo após a II Conferência Nacional de Cultural, promovida pelo Ministério da Cultura, é que o PNC foi consolidado e regulamentado, no ano de 2010. A lei estabelece fundamentos e objetivos através das 53 metas propostas para execução das políticas públicas culturais no período de dez anos. Sendo uma das principais ferramentas jurídicas de diretrizes das políticas de cultura, o Plano Nacional de Cultura também estabelece orientações e estratégias para sua elaboração e execução. Nas palavras de Moreira e Calabre:

Nas I e II conferências nacionais de Cultura (CNC), promovidas pelo Ministério da Cultura, observa-se a reaproximação entre Estado e sociedade. Neste sentido, e convergindo para um esforço de construção coletiva, é que o

PNC se consolida por ser idealizado para o exercício da coisa pública, alinhando-se às proposições dos documentos oficiais da Unesco – a Convenção Sobre A Proteção e Promoção Da Diversidade e das Expressões Culturais – ratificada pelo Brasil, através do Decreto Legislativo 485/2006, que desenhou o atual Plano Nacional de Cultura (MOREIRA,CALABRE, 2012, p. 103).

O Plano Nacional de Cultura é norteado pelas três dimensões básicas da cultura para sua gestão, sendo elas: a dimensão simbólica, dimensão cidadã e dimensão econômica. Essas dimensões trazem o respaldo de que a execução das 53 metas do PNC devem levar em consideração o caráter da simbologia da cultura, o direito dos cidadãos ao acesso à cultura e a cultura como indutora do desenvolvimento econômico do Brasil.

Segundo Reis, (2008, p. 86) “o Plano Nacional de Cultura, conforme descrito no terceiro parágrafo adicionado ao artigo 215 da Constituição Federal tem duração plurianual. Nessa perspectiva, o PNC foi proposto para o decênio de 2008 a 2018”. De acordo com a publicação foram propostas as diretrizes gerais do plano para a descrição de todas as etapas que serão cumpridas ao decorrer de sua vigência.

Além disso, é relevante ressaltar que o Plano Nacional de Cultura não foi a priori a primeira proposta da consolidação de uma política pública sólida para a área da cultura. Dessa forma, ele foi o primeiro plano desenvolvido a nível nacional e previsto na Constituição, regulamentado por lei e formulado pelo caráter democrático. Calabre argumenta que:

Considerando o fato de o País ter uma história recente marcada pelo autoritarismo, e descontinuidades de políticas e planos, entendemos que o Plano Nacional de Cultura (PNC), pode se constituir em uma peça importante do exercício da democracia, pois o documento em si, na forma como foi elaborado, já cumpriria a sua tarefa: propor caminhos para uma política pública para a cidadania cultural. Isto por que foi desenhando num contexto ainda incipiente de consolidação das políticas culturais, enquanto campo da gestão pública. (CALABRE, 2012, p. 109).

Uns dos principais objetivos do PNC estão voltados para a valorização, preservação e salvaguarda da diversidade cultural do Brasil através de uma orientação para que projetos e programas do setor da cultura possam desenvolver atividades culturais, ou seja, possam por meio da orientação das metas previstas, executarem políticas públicas no campo da cultura, além de ampliarem a participação da sociedade na administração das políticas públicas culturais, gerando também um desenvolvimento econômico. Nas palavras de Souza:

Na lei que instituiu o PNC, bem como expôs os objetivos do plano também são reconhecidos como competência do Estado: (1) a formulação de políticas

públicas, identificando as áreas estratégicas de nosso desenvolvimento sustentável e de nossa inserção geopolítica no mundo contemporâneo, fazendo confluir vozes e respeitando os diferentes agentes culturais, atores sociais, formações humanas e grupos étnicos; (2) o fomento a cultura de forma ampla, estimulando a criação, produção, circulação, promoção, difusão, acesso, consumo, documentação e memória, também por meio de 30 subsídios à economia da cultura, mecanismos de crédito e financiamento, investimento por fundos públicos e privados, patrocínios e disponibilização de meios e recursos; (3) ampliação e permissão do acesso, compreendendo a cultura a partir da ótica dos direitos e liberdades do cidadão, sendo o Estado um instrumento para efetivação desses direitos e garantia de igualdade de condições, promovendo a universalização do acesso aos meios de produção e fruição cultural, fazendo equilibrar a oferta e a demanda cultural, apoiando a implantação dos equipamentos culturais e financiando a programação regular destes. (SOUZA, 2016, p. 29).

Em síntese, a instauração do Plano Nacional de Cultura foi fundamental para a indução de um Sistema Nacional de Cultura, implementado no Governo de Dilma Rousseff. Esse Sistema corrobora para uma gestão participativa para o fomento da gestão pública cultural e das políticas públicas culturais, promovendo o desenvolvimento sociocultural do país. Dessa forma, o PNC foi um marco para a efetivação da organização cultural do Brasil a nível nacional.

3.3 Sistema Nacional de Cultura

Em meados dos anos 70, foi realizada a primeira Reunião Nacional dos Conselhos Culturais, tendo como pauta a discussão da construção de um Sistema de Cultura a nível Nacional que pautasse na descentralização da Política Nacional de Cultura, visando à integração das instituições públicas ao acesso de recursos como o Fundo Nacional de Cultura, abrangendo desse modo diversos segmentos artísticos. Dessa forma, após diversos diálogos entre as gestões estaduais e municipais, além de seminários realizados no Brasil, foi então instituído o Sistema Nacional de Cultura. Diante disso, para Meira:

Nesse contexto, o Brasil, após uma longa história de política cultural que remonta ao século XIX, necessita agora dar um salto no seu projeto, alcançando nesse setor um novo patamar conceitual e institucional. Uma política cultural forte que seja abrangente, pública, democrática, descentralizada, integrada e aberta ao diálogo internacional. A instituição de um Sistema Nacional de Cultura - SNC é peça fundamental e estruturante desse processo histórico, e encontra terreno fértil para sua implantação no Brasil do século XXI. (MEIRA, 2005, p. 2).

No entanto, cabe ressaltar que somente no ano de 2005 foram realizadas as primeiras ações adequadas para a criação do Sistema Nacional de Cultura, estabelecendo a priori o Sistema Federal de Cultura, articulando as diversas atividades, órgãos e programas do

governo Federal na área da cultura, visando à contribuição para a articulação e implementação das políticas culturais pactuadas entre a sociedade civil e os entes federados.

Diante disso, o Sistema Nacional de Cultura foi implementado em 2012 por uma Emenda Constitucional no Governo de Dilma Rousseff, dando seguimento às políticas culturais desenvolvidas no Governo Lula. Sendo uma das principais ferramentas de gestão cultural, o SNC é um instrumento que permite a administração e promoção das políticas públicas no campo da cultura, desenvolvendo a pactuação entre os órgãos da União, Estados, DF e Municípios e a sociedade civil, estimulando e valorizando a diversidade cultural do país. (BRASIL, 2010).

Logo após sua instituição, a implementação do Sistema Nacional de Cultura tem sido realizado através de um processo em que Estados, Municípios e União aderem de forma voluntária, por meio de protocolos necessários para a orientação de sua execução. Além disso, um dos principais mecanismos de gestão do SNC em nível federal, estadual e municipal são os Planos de Cultura, Sistema de Informações e Indicadores Culturais e o Sistema de Financiamento à Cultura, uma vez que através desses mecanismos é que será possível elaborar e executar as políticas culturais pactuadas dentro do Sistema.

Para Borges, (2015, p. 136) “A institucionalização e a municipalização da cultura têm como pilar a constituição de um Sistema Municipal de Cultura — doravante, SMC, composto por alguns elementos estruturantes essenciais, a saber: Plano Municipal de Cultura, Conselho Municipal de Cultura e Fundo Municipal de Cultura.” Dessa maneira, a consolidação dos SMC tem como um dos principais objetivos o fortalecimento do campo da cultura local dos municípios, além de visar à construção de políticas públicas com a participação e diálogo social, corroborando assim, para a ampliação de espaços de comunicação entre Estado e sociedade civil e auxiliando a gestão cultural.

De acordo com a lei que regulamenta o Sistema Nacional de Cultura, para a implementação de um Sistema Municipal de Cultura, os municípios deverão dispor de alguns componentes que auxiliarão a gestão municipal, sendo eles: Secretaria de Cultura Municipal, Conselho Municipal de Política Cultural, Sistema de Financiamento à Cultura Municipal, Programa Municipal de Formação na Área da Cultura, Conferência de Cultura Municipal, Plano Municipal de Cultura, Sistemas Municipais Setoriais de Cultura e o Sistema de Informações e Indicadores Culturais Municipal.

Entretanto, alguns municípios não possuem estrutura técnica para a instituição de todos esses instrumentos do SNC, principalmente para o desenvolvimento de um dos componentes mais importantes que é o Sistema Municipal de Informação e Indicadores Culturais, uma vez que por meio da gestão das informações da cultura local, é possível mensurar através de estatísticas quais são os programas e informações da realidade cultural para a construção de indicadores a partir da coleta de dados sobre a cultura do município. Nas palavras de Calabre:

No caso da cultura para o aprofundamento do conhecimento sobre a área, não é necessário somente produzir indicadores, necessitamos ainda, e muito, da produção de informações. Os processos de produção e consumo na cultura são complexos, fugindo em diversas oportunidades a classificações convencionais, muitos deles restritos ao campo que chamamos de informalidade. Trabalhando com uma visão abrangente de cultura, torna-se fundamental a delimitação dos campos a serem monitorados (práticas, produção, consumo, serviços, etc.), e mais do que isso, quais os objetivos do monitoramento de cada um deles (elaboração de políticas setoriais, acompanhamento de resultados de projetos, etc.). Para uma gestão pública da cultura eficaz não é necessário medir todos os elementos da mesma maneira. Agora é necessário, sim, um grau abrangente de conhecimento da área e uma delimitação mínima do que deva ser responsabilidade do Estado. (CALABRE, 2015, p.76).

Em retrospecto, o Sistema Nacional de Cultura trouxe para o Brasil em termos de política pública cultural, um grande avanço entre os programas já desenvolvidos pelo Ministério da Cultura, por legitimar a cultura em um sistema Federal de políticas públicas, principalmente na estratégia articulada de gestão. Além disso, o Sistema Municipal de Cultura assumiu uma importante transformação no desenvolvimento da cultural local de forma descentralizada, operando dessa forma, diretamente com a gestão e atuação dos órgãos municipais em prol da formulação e execução das políticas públicas culturais abarcando os mais diversos segmentos artísticos.

3.4 Diagnóstico e Indicadores Culturais

Os diagnósticos, pesquisas e estatísticas de cultura são ferramentas cruciais para a construção de indicadores culturais, visando tentar compreender como a sociedade utiliza e produz bens culturais e dispõe de equipamentos de cultura. A elaboração do diagnóstico da realidade cultural permite também a avaliação da efetividade de programas de fomento à cultura.

Jannuzi (2006) aponta que, um indicador social é fundamental para operacionalizar uma concepção social abstrata, utilizada tanto no campo teórico quanto na elaboração de políticas

públicas. Diante disso, os indicadores culturais assim como os indicadores sociais, são aplicados para analisar a realidade cultural de uma determinada localidade e auxiliar na proposição de políticas públicas de cultura. Nas palavras de Sousa e Silva:

Uma forma de conhecer e diagnosticar aspectos da cultura de uma dada sociedade é por meio da elaboração de indicadores que sejam capazes de captar informações sobre o processo cultural, seja no âmbito local, regional ou nacional. Um sistema de indicadores pode auxiliar, por exemplo, na avaliação de programas culturais, diante de objetivos e valores previamente estabelecidos; também ajuda a conhecer o universo no qual as políticas culturais estão inseridas. Ou seja, para pensar em políticas culturais voltadas a contextos específicos, com tendências e potenciais a serem desenvolvidos, demandas a serem atendidas ou carência a serem supridas, é necessário estar munido de um bom conhecimento desse universo, o que pode ser obtido através da construção e aplicação de indicadores. (SOUSA E SILVA, 2007, p. 134).

Dessa forma, os indicadores culturais são capazes de medir aspectos econômicos e sociais e produzir mecanismos de suma importância para a realidade cultural, sistematizando conhecimentos e informações de vários segmentos e espaços relacionados à cultura. Para Calabre: (...) “Indicadores culturais devem se prestar a subsidiar as atividades da gestão pública de cultura, tendo como princípio básico o de que a cultura é um direito do conjunto dos cidadãos que está garantido pela Constituição.” (CALABRE, 2011, p. 75).

Para a construção de políticas culturais se faz necessário a mensuração tanto quantitativa quanto qualitativa do consumo, produção, serviços e práticas de cultura, dessa forma, essa mensuração é elaborada a partir da disponibilidade de indicadores culturais. No entanto, para que possa ser possível o desenvolvimento de indicadores culturais, é imprescindível a organização e disponibilidade de dados de informações sobre a cultura. Calabre afirma que:

No caso da cultura para o aprofundamento do conhecimento sobre a área, não é necessário somente produzir indicadores, necessitamos ainda, e muito, da produção de informações. Os processos de produção e consumo na cultura são complexos, fugindo em diversas oportunidades a classificações convencionais, muitos deles restritos ao campo que chamamos da informalidade. (CALABRE, 2011, p. 76).

Os processos para a análise do diagnóstico cultural e para a elaboração de indicadores culturais são complexos, dessa maneira, a utilização de ferramentas como a Tecnologia de Informação e Comunicação contribui para o desenvolvimento dessa construção de forma mais assertiva e eficiente, uma vez que, por meio da tecnologia de informação é possível difundir

as informações culturais e principalmente auxiliarem os gestores na elaboração e avaliação das políticas de cultura.

3.5 Tecnologias de informação e comunicação na Cultura

A Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) é entendida como um conjunto de recursos tecnológicos utilizados para o desenvolvimento de hardwares e softwares que visam a operacionalização dos processos de dados aos sistemas de informações e comunicações no campo virtual. As TICs desempenham um papel crucial na sociedade contemporânea por meio da disseminação das informações entre diversos atores sociais colaborando para a construção de novas maneiras de comunicação. Nas palavras de Tezani (2011, p. 36) “as Tecnologias da Comunicação e da Informação (TIC) permitem a interação num processo contínuo, rico e insuperável que disponibiliza a construção criativa e o aprimoramento constante rumo a novos aperfeiçoamentos”.

No setor cultural não é diferente, as tecnologias de informação e comunicação desempenham um papel fundamental para a gestão de cultura. As práticas de adoção de estratégias das TICs estão sendo cada vez mais necessárias para a disseminação dos serviços e das atividades culturais. A assiduidade no uso da tecnologia vem sendo utilizado para a distribuição dos conteúdos de equipamentos culturais, dessa forma, as informações e a cultura são correlacionadas, uma vez que o registro das informações culturais inclusive pelo meio digital é um fator de suma importância para a gestão da salvaguarda da cultura na sociedade. Para Innarelli, essa é uma gestão:

(...) Gestão que nos permite transmitir, processar e registrar a informação de forma a atender os diversos fins, inclusive os culturais. A gestão da informação é realizada através do processamento e da organização da informação e do conhecimento, gestão que também inclui a preservação da informação ao longo do tempo, independente de sua forma de registro, seja ela convencional ou digital (INNARELLI, 2011, p. 73).

“No âmbito das políticas públicas de cultura, pode-se vislumbrar o encontro dessas tendências tecnológicas com o processo de democratização da gestão cultural experimentado pelo Brasil desde o final da década de 1980” (VAZ, 2016, p. 30). Desde o final da década de 80 inúmeras iniciativas inovadoras foram construídas em prol da gestão democrática da cultura principalmente no âmbito municipal, no entanto, mesmo após essas inovações tecnológicas serem adotadas pelos órgãos de cultura, ainda há um desafio em relação à

preservação digital das informações culturais principalmente no que diz respeito ao documento digital.

Segundo Innarelli (2007), por mais que haja uma facilidade na geração de informações, dados e documentos, isso também ocorre com a perda das informações, visto que, os indivíduos ainda não possuem experiência e prática suficiente para a memória digital pela ausência de políticas de preservação digital, além da obsolescência tecnológica e a degradação das mídias digitais.

Em se tratando da tecnologia de informação e comunicação de cultura, a utilização de indicadores culturais é peça fundamental para a democratização do acesso à informação cultural, além de auxiliar novas práticas e estratégias para a gestão dos órgãos governamentais no campo da cultura. A implementação desses indicadores no Brasil se dá por meio da oferta das informações de acesso aos dados de cultura no âmbito digital por meio da circulação das informações sobre os serviços culturais, equipamentos de cultura, produção de cultura e seus segmentos artísticos, além do mapeamento de produtos culturais de determinada localidade e também do acesso às informações sobre a execução dos recursos orçamentários destinados à cultura.

Sendo uma das principais plataformas de gerações e publicações de informações de cultura, o Sistema Nacional de Informação e Indicadores Culturais e o Mapa da Cultura, ambos desenvolvidos pelo Ministério da Cultura surgiram como forma de democratizar o acesso e a comunicação de aspectos históricos e culturais, uma vez que os dados podem ser disponibilizados tanto pelos gestores de cultura quanto pelos próprios produtores culturais, fomentando a relação da participação entre Estado e sociedade. Para Silva e Jorente:

As informações estruturadas baseadas em indicadores subsidiam as ações e a atuação de gestores na elaboração e execução de projetos, programas, orçamentos, normas e procedimentos em qualquer ramo de atividade, inclusive na gestão cultural. Eles também servem de base para o estabelecimento de metas e mecanismos de monitoramento de desempenho e resultados das políticas culturais. (SILVA, JORENTE, 2016, p.37).

Em retrospecto, a utilização de indicadores de cultura por meio das Tecnologias de informação e comunicação serve como norte para o estabelecimento de instrumentos de avaliação e monitoramento do desempenho das políticas culturais bem como a transparência, e controle social da população. É por meio desses indicadores que é possível subsidiar informações para a difusão da cultura, como as plataformas governamentais, que através do

Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais fornecem dados e estatísticas de cultura corroborando para a elaboração de diagnósticos e estratégias para a gestão cultural.

A utilização das Tecnologias de informação e comunicação possibilita que as instituições atuem de maneira mais precisa e eficiente, diante disso, a qualidade da gestão da informação é essencial para o processo da organização, controle e armazenamento dos dados e informações dentro de uma organização.

3.6 Gestão da Informação

A Ciência da Informação é um campo teórico que busca analisar a conduta informacional dos fluxos e processos de informações, ou seja, é um campo que estuda a gestão do conhecimento relacionada à organização, interpretação, armazenamento, transmissão e a utilização da informação. Dessa forma, essa ciência pode ser compreendida como um conjunto de componentes que integram o processo de gestão da informação com o objetivo de coordenar de maneira assertiva a transformação dos dados de informação de uma determinada realidade. Para Ribeiro e Neto:

Nesse sentido, a informação pode ser compreendida como um fenômeno social coletivo, que dá suporte à interação do sujeito usuário da informação e ao ambiente social e organizacional no qual ele está inserido. Sob este aspecto, a Ciência da Informação pode ser vista como o campo teórico da reflexão da informação, ou seja, a ciência que estuda a ação mediadora entre informação e conhecimento. Trabalha a informação enquanto objeto que tem a potencialidade de gerar conhecimento no indivíduo e para a sua realidade, permitindo que a informação se estenda ao conjunto de elementos que compõem o processo de um modelo de gestão que vai ordenar, coordenar e distribuir correta, política e socialmente a informação (RIBEIRO e NETO, 2016, p.259).

Desse modo, a gestão da informação pode ser entendida como um conjunto de operações realizadas cujo objetivo é controlar, armazenar e recuperar as informações que são produzidas, recolhidas e recebidas de forma eficiente, corroborando dessa forma para um amplo desenvolvimento nos processos decisórios e na gestão de conhecimentos. A gestão da informação é criada e utilizada nas organizações em três etapas distintas: no controle, armazenamento e recuperação, porém são processos inter relacionados cujas informações são utilizadas para a interpretação do ambiente, para a criação do conhecimento e para a análise estratégica de tomada de decisões. Nas palavras de Souza et al:

A gestão da informação, especificamente, envolve os estudos e as práticas gerenciais que permitem a construção, a disseminação e o uso da

informação. Esse processo engloba a gestão de recursos informacionais e de conteúdos, a gestão de tecnologias da informação e a gestão das pessoas envolvidas nesses sub-processos (SOUZA et al.2011, p.46).

A informação é uma das substâncias básicas na geração do conhecimento, capaz de transformar a consciência individual e coletiva, dentro de um ambiente organizacional não é diferente. O uso da estratégia da informação é imprescindível para a otimização do planejamento e processos decisórios, estimulando o desenvolvimento do processo do conhecimento e permitindo a conservação da informação. Segundo Barbosa et al (2009), um dos elementos necessários para a gestão do conhecimento diz respeito à qualidade e aos sistemas de informações. Para os autores, a essência dessa gestão é composta por diversos aspectos culturais, tecnológicos, comportamentais e humanos.

Os avanços das tecnologias de informações têm possibilitado cada vez mais o desenvolvimento da gestão dos dados de pesquisa - GDP, em diversas organizações é comum se deparar com os dados de pesquisa espalhados, o que dificulta a análise das informações dispostas. Dessa forma, a gestão dos dados permite o planejamento estruturado para a análise, coleta e armazenamento de dados o que corrobora a constituição da informação e do conhecimento. Conforme dito Bertin et al:

Cabe ressaltar, no entanto, que aspectos culturais podem representar uma barreira importante para o avanço da GDP na organização. Isto porque os dados gerados pela pesquisa são frequentemente vistos como propriedade individual e não organizacional, não raramente mantidos em suportes, sistemas, equipamentos e computadores particulares. Para superar as resistências culturais, faz-se necessária a implantação de um plano de comunicação arrojado – que instrua os pesquisadores quanto às vantagens associadas à gestão e ao compartilhamento dos dados de pesquisa e sobre o fato de que, embora o crédito moral pela descoberta científica seja do autor, o dado de pesquisa é propriedade da organização. Aliado a isto, é importante que os sistemas de avaliação de desempenho e recompensa incluam critérios que valorizem a organização, preservação, o compartilhamento e o reuso dos dados de pesquisa, sem os quais a e-Science não se estabelecerá prevalente. BERTIN et al.2017, p.46).

No âmbito das organizações, a gestão do fluxo de informações ocorre em todas as etapas e procedimentos de atividades e ações, dessa forma, ela modifica todo o ambiente organizacional, uma vez que esse fluxo constitui como uma resposta natural ao ambiente que pertence no que tange ao conteúdo e sua organização. Para Sugahara et al (2015) dentro dos ambientes organizacionais o fluxos de informações são em diversas vezes realizado de forma natural entre os setores e os indivíduos, dessa forma se faz necessário um mapeamento do

fluxo da informação de maneira estratégica evitando dessa forma a sobrecarga de volume de dados, ou dispersão das informações.

O avanço e disseminação da utilização da tecnologia de informação e comunicação têm gerado impactos significativos na gestão do fluxo de informações organizacionais. No campo da cultura não é diferente, a implementação de ferramentas tecnológicas contribui diretamente na coleta de dados e informações culturais de uma determinada realidade local, ampliando e promovendo a diversidade cultural. Além disso, o uso da tecnologia para o armazenamento de informações é um dos processos fundamentais para a construção do Sistema de Informação e Indicadores Culturais, corroborando para a centralização das informações culturais em um só ambiente e contribuindo para a construção de políticas de fomento à cultura.

4. METODOLOGIA

Neste capítulo, será apresentada a contextualização do ambiente estudado, a caracterização e a natureza da pesquisa, bem como os processos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa e por último os mecanismos utilizados para a coleta de dados.

4.1 Contextualização do Ambiente de Pesquisa

O ambiente escolhido para a realização da pesquisa, é o município de Lavras –MG, mais conhecida como a cidade das escolas e dos Ipês. A cidade de Lavras é localizada na região Campos das Vertentes e segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021) a estimativa é de que o município possua 105.756 habitantes e área territorial de 564, 744km².

No que tange aos dados de cultura, Lavras possui bens culturais e históricos sendo os equipamentos culturais disponíveis, a Biblioteca Municipal Meirinha Botelho, Casa de Cultura Bi Moreira localizada no campus histórico da Universidade Federal de Lavras, Centro de Artes e Esportes Unificados – Praça CEU's, Igreja Nossa Senhora do Rosário, Praça Dr. Augusto Silva, Praça Dr. Jorge e Praça Dr José Esteves. Além disso, segundo dados da Prefeitura Municipal de Lavras, o município conta com um número de 431 bens tombados e inventariados.

4.2 Caracterização e Natureza da Pesquisa

Para alcançar o propósito deste estudo, foi realizada a pesquisa exploratória e utilizada a abordagem metodológica qualitativa. Como instrumentos de coleta de dados foram desenvolvidos uma pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas.

Para Gergardt e Silveira (2009), a metodologia qualitativa é evidenciada pela relação direta com o sujeito que desenvolve a pesquisa e os dados. Na abordagem qualitativa é necessário entender quais são os fatos sociais pesquisados, não em relação a sua mensuração quantitativa, mas em relação à compreensão social. . Nas palavras de Martins:

Outra característica importante da metodologia qualitativa consiste na heterodoxia no momento da análise dos dados. A variedade de material obtido qualitativamente exige do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica que, por sua vez, depende do desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva.(Martins, 2004, p. 292).

De acordo com Gil (2002) “(...) a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com o objetivo da pesquisa.” (Gil, 2002, p. 45). Dessa forma, a pesquisa de caráter documental utiliza-se da apuração de documentos internos ou externos de uma organização tanto governamental quanto não governamental, sendo um dos principais métodos de investigação de documentos resguardados como memorandos, diários, ofícios, fotografia, dentre outros. Para Silva, Almeida e Guindani:

A pesquisa documental é um procedimento metodológico decisivo em ciências humanas e sociais porque a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre a base do trabalho de investigação. Dependendo do objeto de estudo e dos objetivos da pesquisa, pode se caracterizar como principal caminho de concretização da investigação ou se constituir como instrumento metodológico complementar. Apresenta-se como um método de escolha e de verificação de dados; visa o acesso às fontes pertinentes, e, a esse título, faz parte integrante da heurística de investigação (SILVA;ALMEIDA;GUINDANI, 2009, p.13).

Em relação à pesquisa exploratória, sua finalidade é tornar o objeto de estudo mais próximo e claro, para possibilitar a constituição de hipóteses (GIL, 2002). Além disso, a pesquisa exploratória na coleta de dados faz uso de pesquisas documentais, bibliográficas e entrevistas. Já a pesquisa bibliográfica, é pautada por meio do levantamento de fontes bibliográficas disponíveis, como livros, artigos científicos, teses, monografias e documentos em geral. Ela tem por objetivo, acrescer o conhecimento como base para a análise dos dados que serão coletados por meio da entrevista e da pesquisa documental para o estudo desenvolvido.

Correlacionada a uma técnica de observação e diálogo, a entrevista auxilia no alcance do máximo de informações para o desenvolvimento da pesquisa. O objetivo principal desse instrumento metodológico diz respeito à coleta de informações necessárias que estão diretamente relacionadas ao objetivo da pesquisa, além de proporcionar o levantamento dos dados que serão utilizados para a compreensão das relações entre os atores sociais. Conforme dito Duarte:

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados. (DUARTE, 2004, p. 215).

Realizou-se, neste estudo, uma entrevista virtual e duas presenciais efetuadas no período de Fevereiro e Março de 2022, com a Assessora de Cultura da SELTC por meio de questionário com o desenvolvimento de questionamentos acerca das percepções e informações de cultura em Lavras. Os roteiros das entrevistas são apresentados no fim do trabalho, divididos em apêndices (Apêndices A e B). A partir da entrevista foi possível identificar os arquivos documentais onde seriam levantados dados documentais da Secretaria de Cultura do município.

4.3 Procedimentos para Análise de Dados

Foram coletados dois tipos de dados nas entrevistas. Na primeira foram levantados os dados sobre a quantidade de equipamentos e atores culturais, programas, projetos e eventos institucionais já realizados ou que estão sendo executados pela secretaria, e as informações sobre os mecanismos de incentivo a projetos e programas de cultura, além das tecnologias utilizadas para armazenamento das informações culturais.

Na segunda entrevista foram obtidas as informações sobre a construção do Cadastro Municipal de Cultura realizado nos anos de 2020 e 2021 pela Secretaria, além do processo da gestão das informações sobre os atores cadastrados e processo do armazenamento de dados e informações acerca dos agentes culturais, espaços, projetos e eventos de cultura.

Diante do exposto, a análise de dados foi desenvolvida através de um filtro das informações pertinentes por meio de fichamentos documentais, que permitiram de forma sistematizada a organização das informações coletadas em arquivos e mediante o conteúdo transcrito das entrevistas através de temas da pesquisa. As informações coletadas foram organizadas em quatro fluxogramas de processos para que fosse possível analisar por meio de uma apresentação gráfica, a metodologia da gestão da informação da cultura dentro da Secretaria de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura de Lavras.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados dessa pesquisa, que teve como finalidade realizar um levantamento da gestão das informações culturais de Lavras e analisar a maneira como essas são organizadas e como os dados de cultura do município são utilizados na elaboração de políticas públicas para o setor. Assim, espera-se contribuir com a implementação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores no município.

Na concepção de Monteiro e Duarte (2016) a gestão da informação pode ser definida com um processo onde se encontram instrumentos de entrada (input), conversão e saída (output) de informação. Para diversos autores a gestão da informação pode ser entendida como um amplo conceito cuja finalidade é a compreensão de um conjunto de ações que tem por objetivo armazenar, organizar e controlar as informações que são produzidas e recebidas em determinada organização, corroborando para a tomada de decisões e no desenvolvimento de um fluxo de processos de conhecimento.

Para Barboza et al (2009), a qualidade do sistema de informação é um dos elementos básicos para a gestão do conhecimento e envolve diversas atividades. Dessa forma, é necessário levar em consideração que as dimensões culturais, humanas e tecnologias são imprescindíveis para a gestão da coleta, organização, armazenamento, interpretação e transmissão dos dados e informações culturais no município de Lavras, principalmente na otimização do tempo e na formulação dos projetos e da política cultural no município.

A gestão da informação cultural do município é de responsabilidade da Secretaria de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura de Lavras. De acordo com a assessora de cultura, as informações culturais são disponibilizadas e publicadas nas edições do Diário Oficial do Município e no site da Prefeitura. Contudo, o armazenamento de dados está disponível apenas nas dependências da secretaria, podendo ser consultados mediante solicitação prévia, sendo

necessário dessa forma, a construção de um banco de dados cujas informações referentes à cultura municipal estejam disponíveis para consulta a toda a população lavrense. (NUNES,2022).

Dentro da Secretaria não há procedimentos padronizados para coletar, organizar e atualizar os dados, assim como existe a carência de um aparato tecnológico adequado. Dessa forma, toda a organização dos dados e documentos de cultura é realizada de forma manual. O material é arquivado em pastas, digitalizado e armazenado no computador de uso da assessora de cultura. De acordo com Innarelli (2007) apesar da capacidade de constituir informações e dados documentais de maneira digital, muitas vezes é ocorrido também o desvio das informações, uma vez que há uma carência de políticas de preservação digital e uma carência de capacitação para a utilização da tecnologia nas organizações.

Para a Assessora de cultura, o acesso dos colaboradores da Secretaria do Esporte, Lazer, Turismo e Cultura de Lavras ocorrem durante as reuniões internas, onde são levantadas as demandas para a discussão das pautas conforme são solicitados. A troca de informações sobre os dados a serem discutidos são compartilhados via mensagens em redes sociais e por lista de emails. De acordo com a avaliação realizada pelos colaboradores da Secretaria, no setor de cultura, não existe uma gestão específica para as informações que são obtidas e não há uma mídia criada especificamente para conter dados sobre a cultura de Lavras. Sendo necessário dessa forma o fortalecimento do Sistema Municipal de Cultura e em consequência o Sistema de Informações e Indicadores Culturais, previstos na Lei Municipal nº 3.938 de maio de 2013, para garantir a consolidação de uma ferramenta digital que possa compartilhar as informações de cultura. (NUNES,2022).

A partir dos dados coletados através das entrevistas realizadas com a Assessora de Cultura da Secretaria de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura de Lavras foi possível mapear o fluxo do processo das informações sobre os eventos, espaços, agentes e projetos culturais do município. Serão apresentados quatro fluxogramas de processos como meio de sistematizar as formas de organização e disponibilização das informações da cultura. Dessa forma, foi possível compreender os gargalos desses processos.

A SELTC tem como atribuição desenvolver, fomentar e executar programas relativos às atividades recreativas, esportivas e turísticas, além de organizar o calendário de eventos recreativos do município. De acordo com a assessora de cultura de Lavras, durante o período de 2017 a 2021 foram realizados eventos e ações que corroboraram para o cumprimento das

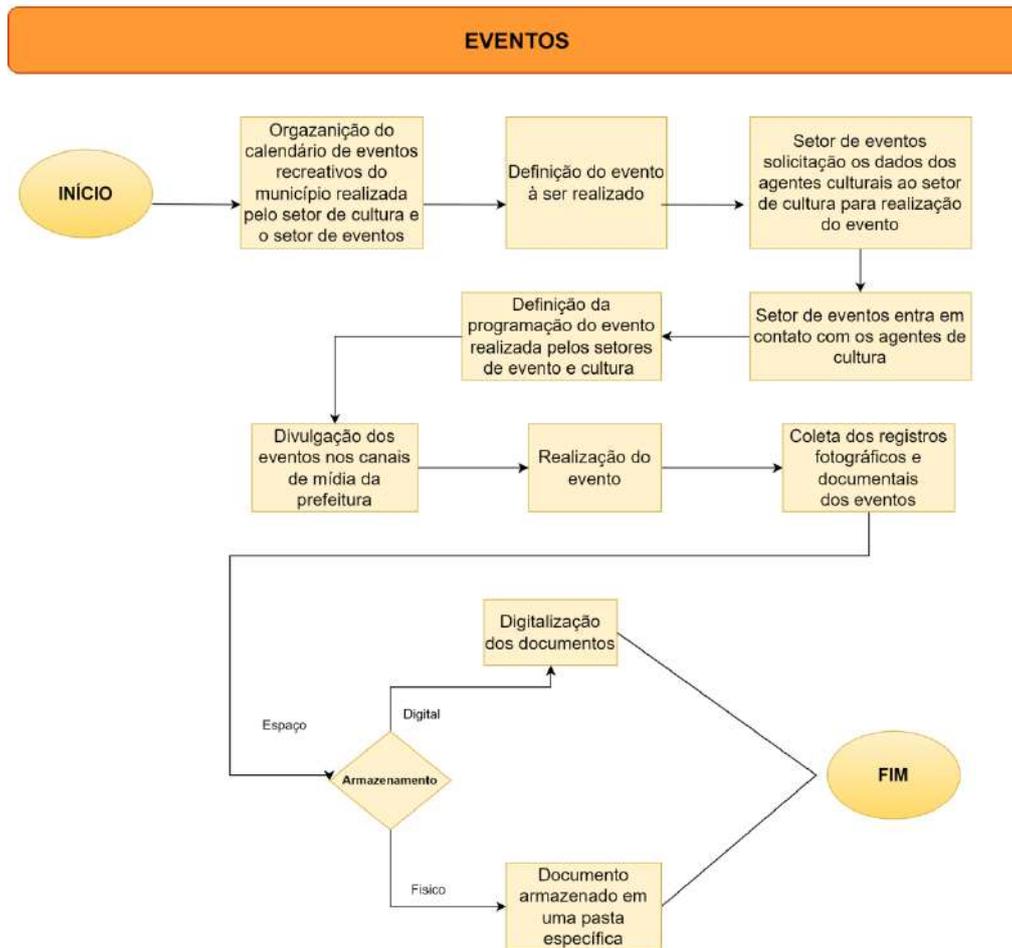
diretrizes do Plano de Governo atual, valorizando dessa forma a produção do trabalho dos profissionais de cultura do município. Os registros de todas essas atividades e ações estão disponíveis nas mídias digitais da Prefeitura Municipal de Lavras e em outras secretarias que realizaram e divulgação da arte desses eventos. É importante ressaltar que as avaliações dessas atividades ocorrem durante as reuniões internas da secretaria logo após a realização desses eventos (NUNES, 2022).

A organização anual do calendário de eventos recreativos do município é feita em conjunto com o setor de cultura e o setor de eventos da SELTC. Para a realização dos eventos é necessário coletar as informações de cada agente ou empresa de cultura envolvida, como o número celular e a área de atuação. O setor de eventos solicita, então, ao setor de cultura a ficha do cadastro cultural do agente, caso não exista o cadastro do agente ou empresa necessária para a realização do evento, o setor de cultura investiga a informação por meio da comunicação informal entre os atores culturais. Após autorização da assessora de cultura essa informação é retirada dos arquivos documentais e entregue ao setor de eventos.

Os eventos são divulgados através das mídias sociais da prefeitura e nos jornais locais do município. Após a realização da apresentação cultural, são coletados os registros fotográficos, e documentais como ofícios e arte de divulgação para serem digitalizados e armazenados em arquivos digitais e documentais. Os arquivos digitais ficam localizados no computador de uso da assessora de cultura e os documentos físicos em pastas suspensas dentro de um armário. Mediante organização das informações, os setores de eventos e de cultura da secretaria se reúnem e debatem a avaliação do evento realizado de maneira informal durante a reunião interna, não realizando nenhum registro dessa avaliação.

No período compreendido pelos anos de 2017 a 2021 foi realizado um total de 482 eventos culturais no município com o apoio da Secretaria. A gestão das informações referentes aos eventos se dá seguinte maneira, conforme mostra o fluxograma abaixo:

Fluxograma 4.1 - Eventos



Fonte: Elaborado pela própria autora, 2022

Como relata Sugahara et al (2015), para coordenar a informação é preciso que as instituições possuam capacidade para desenvolver estratégias de acompanhamento e organização que sejam consistentes para o segmento dos processos e atividades. Podemos verificar que o setor de cultura da secretaria, mesmo carecendo de um sistema unificado de banco de dados e de um fluxo de informação sistematizado, produziu seu próprio fluxo de gestão da informação conforme estrutura disponível. Dentro desse enfoque, é possível notar que o processo da comunicação da busca da informação do agente cultural pelo o setor de evento ocorre de maneira informal, uma vez que o setor de evento não possui acesso direto às informações dos atores culturais.

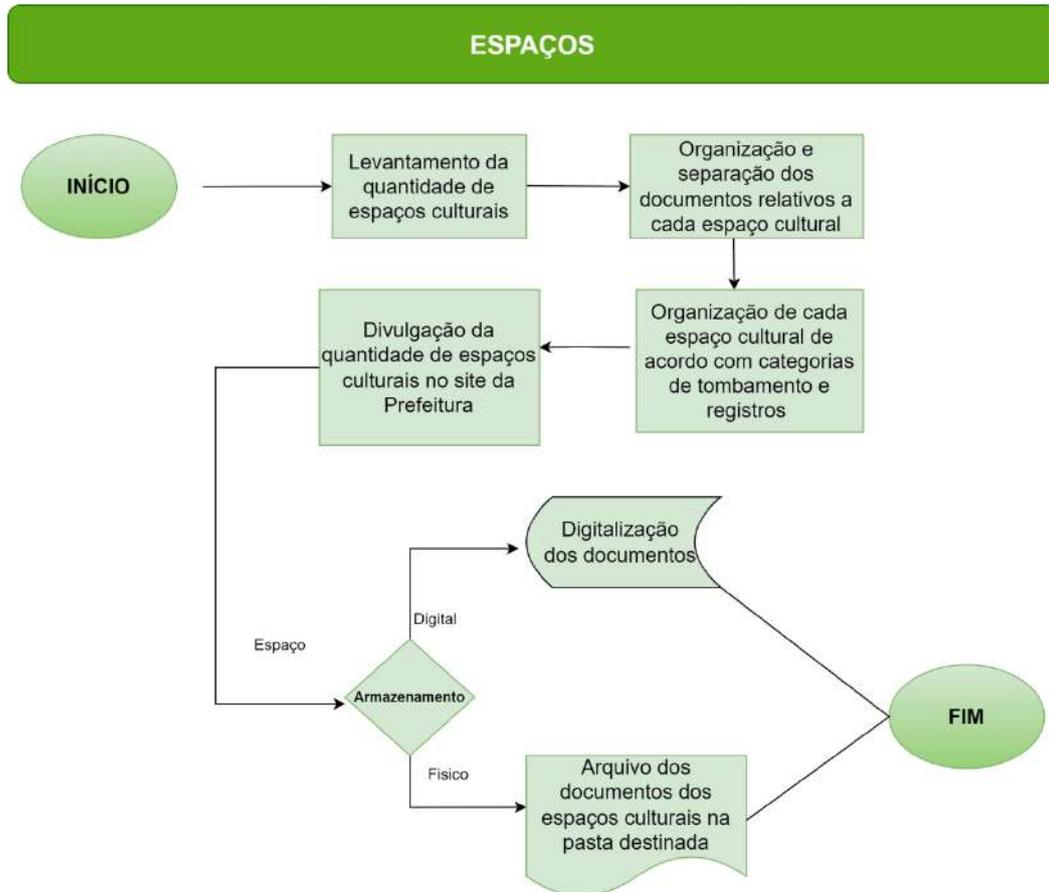
É de competência da Secretaria do Esporte, Lazer, Turismo e Cultura de Lavras, administrar as bibliotecas municipais, planejar e sistematizar a gestão das unidades que prestam serviços culturais como os museus, centros culturais, escolas de artes, teatros e assemelhados. De acordo com a assessora de cultura, Lavras conta com 7 equipamentos

culturais, sendo eles: Biblioteca Municipal Meirinha Botelho, Casa da Cultura Bi Moreira, Centro de Artes e Esportes Unificados – Praça CEU's , Igreja Nossa Senhora do Rosário, Praça Dr. Augusto Silva, Praça Dr. Jorge e Praça Dr. José Esteves. Além de 431 bens tombados e inventariados.

Conforme foi dito por Coelho (1997, p.164), o conceito de equipamento cultural diz respeito a “edificações destinadas a práticas culturais” sendo essas bibliotecas, museus, cinemas, centro de cultura, teatro, galerias, orquestras sinfônicas, corais salas de concerto, dentre outros. O equipamento cultural é um espaço de encontro entre diversos, técnicos, artistas e gestores culturais.

A descrição do fluxo das informações relativas aos espaços e equipamentos culturais ocorre da seguinte maneira, a priori, é realizado um levantamento quantitativo de quantos e quais são os espaços culturais existentes no município. Conforme mostra o fluxograma 4.2, é realizada a organização e separação de documentos como ações de reformas e revitalização, decretos de tombamentos, registros e inventários, ofícios, planos de trabalho e documentos históricos de cada equipamento cultural de Lavras. Esses dados e documentos são digitalizados para arquivo digital que ficam armazenados no computador da assessora de cultura e logo depois são arquivados em pastas suspensas localizadas dentro de um armário. Além disso, é necessário ressaltar que algumas informações sobre os equipamentos culturais são retidas em pastas suspensas localizadas no setor do patrimônio cultural da secretaria e a divulgação da relação dos espaços culturais é encontrada no site oficial da prefeitura do município.

Fluxograma 4.2 - Espaços



Fonte: Elaborado pela própria autora, 2022

Para Santos e Davel (2017) a junção de diversos atores sociais e os diferentes fluxos de informações ressalta a relevância da transversalidade de ações para a organização dos equipamentos culturais. Dessa forma a Secretaria do Esporte, Lazer, Turismo e Cultura de Lavras enquanto gestor das ações culturais promovidas pelos equipamentos de cultura do município necessita do repasse de informações atualizadas, referentes aos documentos e decretos de tombamentos e registro dos patrimônios, e principalmente que essas informações sejam armazenadas e preservadas ao longo do tempo independente da maneira como são arquivadas.

Além disso, manter as informações atualizadas referentes à gestão dos espaços e equipamentos culturais contribui para a importância da salvaguarda e principalmente para a gestão das informações desses segmentos. São necessárias ações que definem com maior precisão e clareza o conceito histórico da existência dos equipamentos culturais no município de Lavras. Ações como educação patrimonial são extremamente relevantes para que a população tenha notório saber e conhecimento sobre a identidade territorial, possibilitando

dessa forma, a interação entre o poder público e a sociedade civil na tomada de decisões que se referem a políticas de conservação dos espaços e equipamentos culturais.

A organização dessas informações e dados culturais referentes aos equipamentos de cultura possibilita que essa gestão cultural e as gestões seguintes saibam como realizar a manutenção desses espaços e principalmente articular as necessidades de estratégias para a preservação dos equipamentos. Nas palavras de Santos e Davel:

Ao abrigarem e promoverem ações culturais das mais variadas, os equipamentos culturais exercem um importante papel artístico-cultural. Na perspectiva do público, oferecem oportunidades de fruição, aprendizado de práticas artísticas e, em alguns casos, espaço para expressões identitárias, mobilizando sensibilidades e promovendo experiências relacionadas à dimensão simbólica e estética. Na perspectiva dos agentes culturais, possibilitam o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de fazeres e saberes artísticos, curatoriais, arquivísticos, patrimoniais, gerenciais. (SANTOS, DAVEL, 2017, p. 5).

No contexto da execução da Lei Aldir Blanc ¹ em Lavras, foi elaborado de acordo com o Decreto de N° 15.475, de 19 de Agosto de 2020 o regulamento do Cadastro Municipal de Cultura (CMC) no âmbito do município de Lavras. Essa fonte de dados e informações é coletada através dos cadastros culturais que são desenvolvidos pelo município por meio da Prefeitura e da Secretaria de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura – SELTC.

Conforme relatado pela assessora de cultura, foram realizados dois cadastros culturais em Lavras nos anos de 2020 e 2021. As primeiras chamadas para o cadastramento municipal foram elaboradas para a construção do banco de dados das informações sobre os atores culturais. Contudo, o intuito das informações coletadas era de identificar informações como, o tipo de artistas, músicos e profissionais da área, faixa etária, renda, dentre outros, para a elaboração e execução da Lei Aldir Blanc no município.

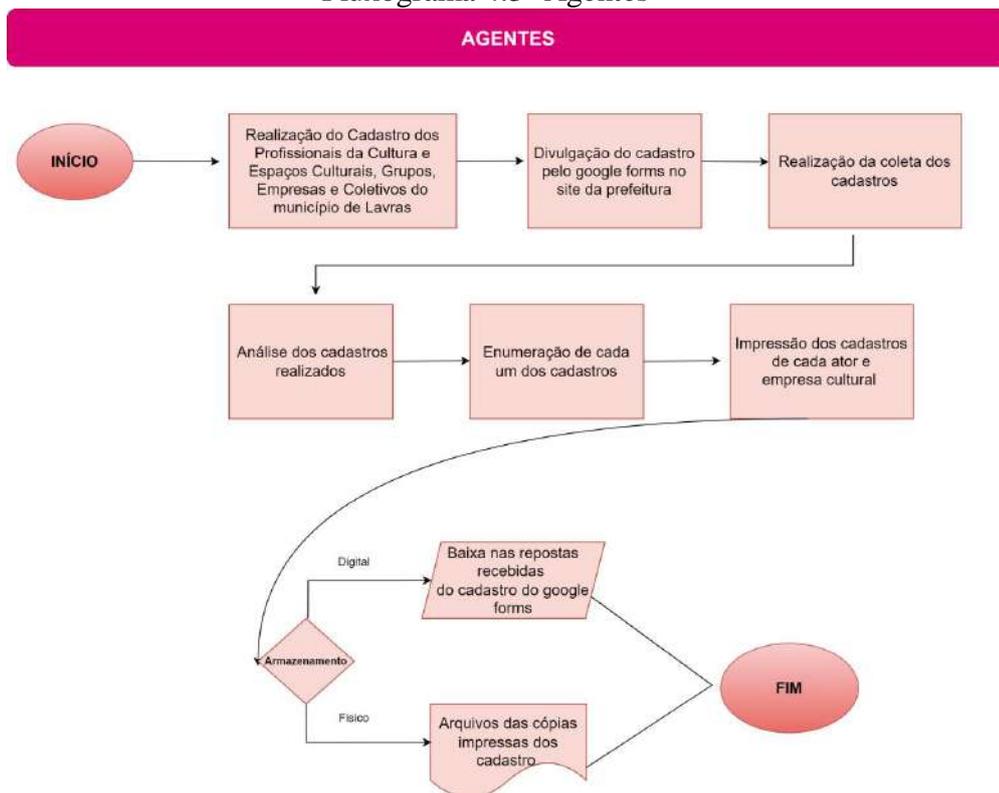
A realização do cadastro cultural é feita através de uma plataforma do Google online e gratuita que fica disponível no site da prefeitura de Lavras. De acordo com a assessora de cultura do município, os dados solicitados no cadastro cultural foram suficientes para realizar o levantamento das informações, apesar de terem tido muitos cadastros duplicados e informações faltantes como, por exemplo, cópia de portfólio. No entanto, por se tratar de uma

¹ Promulgada em Junho de 2020, a Lei Aldir Blanc dispõe sobre recursos emergenciais destinados ao setor cultural. De acordo com o decreto do Congresso Nacional, para o recebimento do benefício é necessário que empresas, espaços, artistas e instituições que tiveram suas atividades interrompidas durante a pandemia da Covid -19 comprovem suas inscrições no Cadastro Municipal de Cultura.

ferramenta do Google o formulário não permite alterações, dessa forma, para a atualização referente aos dados pessoais dos agentes de cultura é necessária que seja solicitado à própria Secretaria a realização manual dessa alteração.

Até a data de 18 de fevereiro de 2021, conforme os dados do Cadastro Municipal de Cultura foram registrados 398 artistas cadastrados, como Profissionais da Cultura – Pessoa Física e 98 Espaços Culturais, Grupos, Empresas e Coletivos. O link para o cadastro online fica disponibilizado no site da prefeitura, conforme esses cadastros vão sendo realizados, o setor de cultura da secretaria realiza mensalmente uma análise minuciosa de cada informação dos cadastros. Após a realização da análise é feita a enumeração de cada agente e empresa cadastrada como forma de facilitar a localização, logo depois são impressas cada uma das cópias para arquivo na pasta suspensa que fica dentro do armário.

Fluxograma 4.3- Agentes



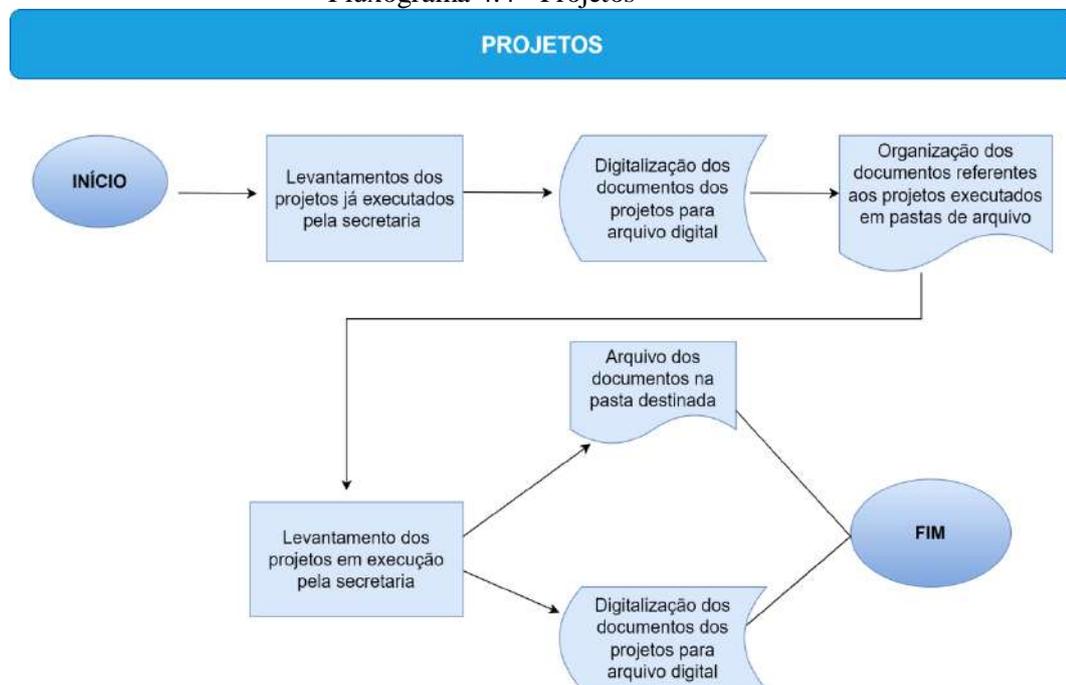
Fonte: Elaborado pela própria autora, 2022

Uma das ações da Secretaria de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura de Lavras se referem à promoção e coordenação dos projetos culturais do município, bem como o planejamento e execução de feiras de arte e artesanato, e programas de formação cultural e artística. Um dos mecanismos de fomento e incentivo aos projetos culturais desenvolvidos

pela secretaria e proposto pela sociedade civil são as leis de incentivo. Conforme dito a assessora de cultura, o estímulo e promoção às atividades e projetos culturais desenvolvidos pela prefeitura de Lavras por meio da secretaria, compreendem o orçamento municipal que são contemplados pelas leis orçamentárias. De acordo com o plano de governo da gestão atual do município, é de interesse do Governo Municipal investir em ações voltadas para o reconhecimento da arte e cultura de Lavras, bem como providenciar recursos financeiros para a garantia da preservação da identidade histórica do município (NUNES, 2022).

No que diz respeito à gestão das informações relacionadas aos projetos já desenvolvidos pela própria secretaria e em parcerias com outras secretarias da prefeitura e regiões vizinhas, a assessora de cultura, realiza um levantamento anual de toda a documentação dos projetos já executados, como ofícios e planejamentos para execução orçamentária e digitaliza para arquivo digital, logo após, os documentos são armazenados em pastas de arquivos. Já a documentação dos projetos que estão sendo executados no ano vigente, estes são digitalizados e colocados em pastas suspensas dentro do armário para facilitar a localização. A divulgação de alguns desses projetos é realizada nas mídias sociais e no site da prefeitura do município.

Fluxograma 4.4 - Projetos



Fonte: Elaborado pela própria autora, 2022

De acordo com a Lei Municipal nº3. 938 de 2013, Lavras dispõem do Sistema Municipal de Cultura, que consiste em um instrumento de articulação da promoção de políticas públicas de cultura, de formação e informação cultural. Para Borges (2015) A institucionalização da cultural municipal é possibilitada pelo Sistema Municipal de Cultura, cuja finalidade além da construção de políticas públicas no campo cultural, é de promover o diálogo social e a participação da sociedade civil na formulação e no desenvolvimento das políticas, programas e projetos de cultura.

Conforme dito a assessora de cultura, em Lavras há projetos culturais realizados na Praça CEU's, em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Social, as informações referentes às ações desenvolvidas nos projetos são registradas no site da prefeitura e não há uma avaliação realizada pelas secretarias em relação a execução dos projetos. Em se tratando de parcerias com outras secretarias de regiões vizinhas do município, Lavra participa do Comitê Intermunicipal de Cultura criado a partir da atuação do Observatório de Políticas Públicas da Universidade Federal de Lavras - UFLA. Todas as documentações referentes à implementação desses projetos são arquivadas na Secretaria de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura de Lavras em pastas destinadas conforme mostra o fluxograma 4.4.

Contudo, a eficiência de uma gestão de dados e informações culturais é pautada na elaboração de indicadores de cultura, permitindo dessa forma que as informações e dados culturais quando bem organizados possam ser monitorados e analisados para então serem utilizados na elaboração de políticas, programas e projetos de cultura. A constituição de uma rede integrada de indicadores culturais possibilita também a criação de um diagnóstico cultural subsidiando processos decisórios de gestores culturais.

5.1 Construção de Indicadores Culturais

O uso de indicadores culturais, como ferramenta de avaliação e mensuração do processo das informações de cultura, auxilia na implementação de políticas de cultura e no conhecimento da realidade cultural de uma determinada região, ou seja, através de um sistema de indicadores é possível medir a realidade cultural em termos de diagnosticar quais são as demandas necessárias para o fomento da cultura e quais as carências que necessitam serem supridas.

De acordo com Craveiro (2019), a construção de estatísticas de informação é imprescindível à produção de conhecimento acerca da avaliação de políticas culturais, e os

indicadores são instrumentos de diálogos políticos necessários para a análise do quadro de projetos e políticas públicas de cultura. A utilização de indicadores para análises de dados qualitativos são fundamentais para a avaliação dos impactos dos resultados. No setor cultural esse instrumento auxilia o gestor na avaliação em aspectos relacionados à qualidade dos equipamentos culturais, expectativas dos produtores de cultura dos diferentes segmentos artísticos culturais, dentre outros aspectos que não são absorvidos apenas por pesquisas quantitativas.

Conforme aponta Craveiro (2019), para que sejam desenvolvidos indicadores culturais é preciso que as informações sobre a cultura estejam disponíveis e organizadas, o que ainda não é a realidade da gestão cultural de Lavras. Dessa forma, no município ainda não foram construídos indicadores culturais.

Os indicadores culturais podem se relacionar a diferentes dimensões da cultura, como aspectos econômicos, níveis de democratização do acesso a bens culturais, gostos e hábitos da população, participação social na gestão cultural, etc. Como o objetivo dessa pesquisa é discutir a gestão da informação cultural em Lavras, optamos por elaborar um quadro de indicadores para medir essa dimensão da cultura, o que possibilitará para analisarmos a gestão e o fluxo do processo das informações sobre os eventos, equipamentos, atores e projetos da secretaria, que são os dados existentes. Acredita-se que, uma vez que os dados culturais estejam organizados, os indicadores criados no âmbito dessa pesquisa podem ser úteis para identificar os gargalos na coleta das informações, assim como analisar e monitorar a organização dos dados culturais no município

Tabela 1 – Indicadores de Gestão de Informação

CATEGORIAS	INDICADORES DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO
Eventos	<p>Porcentagem de eventos em que foi possível obter rapidamente os dados atualizados sobre agentes e empresas culturais.</p> <p>Porcentagem de eventos registrados e avaliados</p>

<p align="center">Espaços Culturais</p>	<p>Equipamentos culturais existentes e cadastrados.</p> <p>Equipamentos com projetos culturais registrados, monitorados e avaliados.</p> <p>Equipamentos com registro dos profissionais que neles trabalham</p> <p>Número de profissionais dos equipamentos com capacitação técnica na área da cultura</p>
<p align="center">Agentes Culturais</p>	<p>Número de agentes e empresas culturais cadastrados.</p> <p>Número de cadastros atualizados.</p> <p>Setores culturais contemplados no cadastro.</p>
<p align="center">Projetos Culturais</p>	<p>Número de projetos realizados no ano X que foram cadastrados e categorizados.</p> <p>Número de projetos que foram monitorados e avaliados.</p>

Fonte: Elaborado pela própria autora, 2022

Ressalta-se novamente que os indicadores foram elaborados de acordo com as informações fornecidas e medem apenas a dimensão da gestão dos dados de cultura. Para além dessa análise, é fundamental também contemplar outras dimensões da cultura para a construção de políticas culturais sólidas. É essencial considerar a necessidade da produção e coleta de outros tipos de informações, que pudessem evidenciar, por exemplo, a contribuição econômica da produção cultural do município, as necessidades de formação dos agentes culturais, o perfil dos usuários dos equipamentos públicos de cultura, dentre outras informações.

Através das análises das informações disponíveis é possível identificar que as informações culturais em Lavras estão armazenadas de forma descentralizada e dispersas, dessa maneira elas são usadas apenas para a construção de eventos e para a submissão de projetos de lei de apoio à cultura.

Até o momento, para a realização de um evento pela SELTC é necessário adquirir informações sobre os agentes culturais através da assessora de cultura, uma vez que, as informações acerca do Cadastro de Cultura ficam armazenadas no setor de cultura da secretaria. Com o acesso rápido a essas informações será possível reduzir o tempo gasto para a solicitação dos dados necessários.

Construir um modelo de organização para que as informações sejam armazenadas em um mesmo ambiente e implementar um sistema eficiente que permite a realização de apenas um cadastro e a atualização das informações dos atores culturais quando necessárias, possibilita o acesso rápido às informações disponíveis e possibilita também que os próprios agentes de cultura possam auxiliar no monitoramento das informações culturais, fornecendo subsídios para a qualidade da gestão do setor cultural do município.

A otimização do tempo é algo fundamental dentro da gestão nas organizações, ela contribui para uma maior produtividade e eficiência na realização de cada tarefa. Para, além disso, a realização de registros documentais sobre a avaliação de cada um dos projetos colabora para a execução de eventos futuros, permitindo identificar os gargalos e os acertos de cada atividade executada.

Conforme dito Tezani (2011) às Tecnologias da Comunicação e da Informação corroboram para a interação contínua do desenvolvimento de estratégias para aperfeiçoar a construção criativa dentro de uma organização. Dessa forma, permitir que o acesso dos agentes de cultura esteja disponível tanto para os setores dentro da Secretaria quanto para a população Lavrense, é permitir uma otimização do tempo na elaboração dos eventos e contribuir para a transparência dos dados de cultura.

A respeito dos espaços e equipamentos de cultura do município, um dos gargalos encontrados diz respeito à dispersão dos dados e documentos referentes às informações dos patrimônios de cultura. A construção de um modelo de organização para que as informações sejam armazenadas em um só ambiente é essencial para permitir o acesso rápido aos dados e documentos solicitados. Vários equipamentos culturais que são tombados ou registrados

possuem informações que ficam armazenadas tanto no setor de cultura quanto no setor de patrimônio.

Centralizar as informações em uma base de dados unificada e de fácil acesso aos servidores municipais e à população faz com que haja maior eficiência no manejo dos documentos e na gestão desses equipamentos. Através dessa centralização é possível obter melhoras no desempenho do desenvolvimento das atividades, além de evitar o extravio de documentos e informações pertinentes. Em resumo, conforme dito Barbosa et al:

A efetiva criação do conhecimento demanda não apenas uma cultura organizacional propícia, mas também a existência de uma gestão de informação eficiente e eficaz, a qual deverá apoiar as atividades de aprendizagem organizacional. Por sua vez, o gerenciamento da informação deve ser apoiado por políticas e ferramentas que direcionem e apoiem o compartilhamento da informação e do conhecimento tanto dentro da empresa quanto entre a empresa e outras organizações. (BARBOSA et al, 2009, p.16).

Em se tratando dos projetos culturais, de acordo com Craveiro (2019), o firmamento de parcerias com órgãos gestores de cultura, como universidades e instituições de pesquisa tanto privadas quanto públicas, contribui para a produção sistemática de indicadores culturais, que dessa forma auxiliem na identificação de atividades, projetos e ações para a política pública de cultura. Dessa maneira, estimular o monitorando o aumento do registro das informações e a avaliação dos projetos desenvolvidos pela Secretaria do Esporte, Lazer, Turismo e Cultura de Lavras, é uma forma de incentivar e valorizar as manifestações culturais no município e permitir que as leis de incentivo impulsionem o desenvolvimento social, cultural e econômico, de maneira que o maior número de segmentos culturais possam se beneficiar dos investimentos desenvolvidos pelos projetos de cultura.

Conforme foi apontado nesta pesquisa, a Secretaria do Esporte, Lazer, Turismo e Cultura de Lavras desenvolveu o Cadastro dos profissionais da cultura e espaços culturais, empresas e coletivos do município, através de uma ferramenta do Google forms. O uso dessa plataforma vinculada ao Google para obter informações sobre os atores e empresas culturais faz com que não seja possível limitar o número de respostas e conseqüentemente o número de cadastros, fazendo com que haja mais de um mesmo cadastro por ator ou empresa.

Além disso, quanto maior o número de cadastros, maior é o tempo gasto para o processamento das informações do formulário, dessa forma, quando necessário alterar

qualquer informação sobre determinado agente ou coletivo é preciso solicitar que a modificação seja feita pela assessora de cultura.

Por se tratar de um formulário online é necessário conexão com a internet para acessar o Google Forms através de uma conta de email, além de não oferecer um serviço de suporte em caso de dúvidas, como ocorre no caso das informações faltantes em razão dos atores não saberem como responder as perguntas necessárias para o preenchimento do cadastro.

Diante disso, implementar um sistema eficiente que permita a realização de apenas um cadastro e com atualização permanente das informações facilita a gestão e a organização desses cadastrados, uma vez que, o fluxo do processo de armazenamento dos documentos culturais no setor de cultura é lento e demorado.

A implementação de uma plataforma de mapeamento cultural interativa e que seja de acesso a toda a população auxilia na construção de políticas públicas de cultura, na identificação e na troca de informações dos agentes culturais, além de estimular a produção cultural de Lavras. Nas palavras de Craveiro:

O desenvolvimento de pesquisas e mapeamentos na área cultural possibilita o reconhecimento de sujeitos, aspectos, contextos, dinâmicas, fluxos da produção, fruição e vivências artístico-culturais. A abrangência e complexidade do campo cultural, inclusive, já são vastamente abordadas por pesquisas e mapeamentos das mais variadas áreas do conhecimento e das ciências (CRAVEIRO,2019, p.2).

Como forma de suprir o gargalo da utilização da ferramenta do Google forms para o cadastramento de atores e empresas culturais no município de Lavras, é a possibilidade da construção e o desenvolvimento da implementação de uma plataforma interativa que possibilita de forma clara e objetiva a coleta das informações referentes aos atores e empresas de cultura.

Uma das ferramentas utilizadas para a realização de cadastro cultural em âmbito Nacional, é o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, uma plataforma digital criada pelo governo federal, que agrupa e georreferencia das informações referentes a cultura brasileira, permitindo o acessos às informações sobre os bens culturais, investimentos, atores, programas e projetos institucionais implementados em todo o país.

No caso dos municípios, a implementação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores opera da mesma maneira. Dessa forma, a construção de um mapeamento cultural por meio de uma plataforma interativa corrobora para a eficiência da gestão das informações

culturais no município, uma vez que, com a união de dados da produção cultural em uma mesma plataforma é possível tornar colaborativa a coleta de dados da cultura entre a população lavrense, dessa maneira, as informações culturais vão sendo sempre atualizadas.

Ao coletar e sistematizar os dados estratégicos sobre o campo cultural, o gestor estará subsidiado para produzir índices e indicadores relativos à sua área de atuação, o que lhe permitirá elaborar, acompanhar e avaliar determinadas políticas, programas ou projetos, ao comparar objetivos previamente estabelecidos e resultados alcançados. Além disso, do ponto de vista político, os indicadores culturais auxiliam o gestor no monitoramento dos avanços e retrocessos da sua gestão, impactando diretamente na sua tomada de decisões.

A transparência das informações públicas é fundamental para a participação mais efetiva da população nas decisões políticas. Contudo, é necessário ressaltar que uma plataforma de gestão ligada ao governo possui grandes desafios, principalmente quando se trata de prefeitura e órgãos municipais. Haja vista que nos governos municipais é comum, em trocas de gestões, ocorrerem perda das informações. Assim, é fundamental a construção de um ambiente onde sejam disponibilizados os dados culturais de maneira segura, evitando dessa forma que os dados sejam extraviados durante a transição de governo.

Neste ínterim, é fundamental que a Secretaria do Esporte, Lazer, Turismo e Cultura de Lavras, leve em consideração a realização de uma análise aprofundada a respeito da efetivação de uma infraestrutura tecnológica para a disponibilidade de um banco de dados sobre as informações culturais, que sejam hospedadas em um servidor cujo software tenha qualidade e confiabilidade na proteção das informações arquivadas.

Ressalta-se a necessidade de se garantir o direito à privacidade na utilização dos dados na gestão pública. Assim é preciso que a construção do SMIIC leve em consideração a Lei Geral de Proteção aos Dados Pessoas – (LGPD), que tem por objetivo atuar na proteção dos direitos fundamentais de dados de pessoas físicas e de órgãos ou entidade da Administração Pública e da gestão privada. No caso dos municípios é imprescindível por lei a adoção de medidas administrativas para o estabelecimento da LGPD, principalmente quando se trata da divulgação dos dados de atores e empresas culturais.

Ainda se faz necessário o cumprimento mais efetivo das leis de acesso à informação por parte dos órgãos públicos. A utilização de ferramentas como as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na gestão pública municipal mostra que há, ainda que

lentamente, um avanço cada vez maior pela busca da transparência e o fortalecimento das ações de proteção das informações públicas. De acordo com Amorim e Stlader (2019), os servidores públicos municipais enfrentam diariamente os desafios da transparência na divulgação de informações públicas. Para uma melhoria na transparência dessas informações é imprescindível recorrer a investimentos e recursos em tecnologia para a capacitação dos gestores na gestão documental das informações públicas.

As TICs são fundamentais para complementar a participação social na gestão cultural. Diante disso, a implementação de aparatos tecnológicos é essencial para a democratização do acesso à informação cultural no município de Lavras. A implementação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais no município permitirá uma melhoria na realização da gestão das informações culturais e conseqüentemente contribuirá para a construção de políticas públicas a longo prazo. Contudo, é preciso considerar que a limitação e a falta de recursos orçamentários para os municípios implicam diretamente na efetividade da construção de ferramentas para a transparência da gestão pública.

5.2 Caminhos para a implementação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores no município de Lavras

O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais é uma ferramenta que possibilita a difusão, disponibilidade, organização e o armazenamento dos dados de cultura do município, permitindo que toda a sociedade tenha acesso aos dados de atores de diversos segmentos artísticos, artesãos, coletivos e associações de produção cultural. Contudo para sua implementação se faz necessário uma coordenação eficiente da gestão das informações de cultura no município de Lavras.

Conforme foi apontado, as informações sobre a cultura do município são acessadas por meio dos canais de transparência do Governo Municipal ou solicitadas consultas na Secretaria de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura de Lavras. De acordo com a assessora de cultura do município, a implementação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais em Lavras poderá auxiliar tanto os atores culturais quanto a gestão de cultura. A criação de um banco de dados que possibilita o acesso a toda a população lavrense e o fortalecimento do Sistema de Cultura, são caminhos que poderão garantir essas ações. A implementação do SMIIIC no município de Lavras irá facilitar o contato e a comunicação com os agentes e atores culturais, na realização de ações desenvolvidas em conjunto com outras secretarias e no intercâmbio de projetos de cultura, dentre outros (NUNES, 2020).

Um dos desafios para a implementação dos SMIIC está na carência de definição de metodologias para a produção dos dados, mapeamento e a sintetização de indicadores culturais, Craveiro (2019). Neste contexto é necessário que sejam desenvolvidas pesquisas para a construção de um mapeamento cultural que possibilite o diagnóstico dos aspectos, sujeitos e produção artística. Para isso, requer a priori a institucionalização de diversos instrumentos de gestão como de pessoas, tecnologias e infraestrutura técnica operacional, além da estruturação da gestão da informação dos dados culturais. Em resposta ao desenvolvimento de um mapeamento cultural, a assessora de cultura ressalta que ações como essas reforçam a relevância da existência de dados culturais para a contribuição nos processos decisórios, da democratização do acesso às informações sobre a cultura local e no apoio na produção do conhecimento especializado pela gestão municipal (NUNES, 2022).

Contudo, as informações culturais no município de Lavras estão dispersas, dificultando a análise dos dados e informações para subsidiar a construção de indicadores culturais para a formulação de políticas culturais de longo prazo. De acordo com a assessora de cultura, em 2015 foi realizado pela Universidade Federal de Lavras, juntamente com alunos e professores da Administração Pública, um projeto de extensão denominado “Mapeamento Artístico-cultural”, onde foi executado um diagnóstico da realidade da cultura local bem como, os processos e equipamentos culturais, grupos artísticos, coletivos e projetos públicos e privados desenvolvidos no campo da cultura com o intuito de produzir informações e análises qualificadas sobre a cultura no município e disponibilizá-las a população lavrense, tornando palco para reflexão e conhecimento das políticas de cultura (NUNES, 2020).

As informações do Mapeamento Artístico-cultural foram armazenadas no setor de cultura da Secretaria de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura de Lavras, no entanto, elas não são atualizadas em razão da ausência do desenvolvimento de uma plataforma própria e local e de livre acesso para o armazenamento desse mapeamento. Após a realização do projeto, os estudantes juntamente com o setor de cultura cadastraram os dados do mapeamento cultural no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais. Contudo, em decorrência do processo de extinção do Ministério da Cultura, não tem havido adequada manutenção da plataforma do SNIIC. Dessa forma, os dados de Lavras foram perdidos, não sendo possível encontrá-los no Sistema. Outras informações sobre os projetos culturais de Lavras desenvolvidos em parceria com o Serviço Social do Comércio - SESC do município também foram extraviadas.

A falta de uma ferramenta de armazenamento de dados de cultura como o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais no município de Lavras faz com que as informações pertinentes não sejam atualizadas e conseqüentemente perdidas. A implementação desse sistema colabora não só para a organização dessas informações, mas também para a gestão cultural e para a salvaguarda das informações históricas e culturais do município. Para isso é imprescindível pensar em mecanismos e modelo de organização para a construção de um banco de dados culturais de Lavras.

Um dos modelos de mapeamento de cultura é o Mapa Cultural desenvolvido pelo Instituto Tim no ano de 2014, em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. O Mapa Cultural Federal é uma plataforma colaborativa do Sistema de Informações e Indicadores Culturais, onde a utilização dessa ferramenta ocorre de maneira gratuita e com a disponibilização de um software com codificação aberta. Para a implementação desse mapa é necessário que o município possua um suporte tecnológico adequado. De acordo com a assessora de cultura, a prefeitura de Lavras não possui infraestrutura desse porte para a gestão do sistema, sendo necessária a contratação de uma empresa terceirizada e especializada para o desenvolvimento do SMIIC (NUNES,2020).

O único tipo de tecnologia disponível na secretaria além de computadores e internet é um sistema denominado SONNER, que a prefeitura municipal contratou. O SONNER é uma empresa que opera na rede de sistemas integrados de governos inteligentes, ou seja, é um sistema que atua no mercado de softwares para gestão pública municipal. No entanto, conforme foi dito pela assessora de cultura, essa ferramenta de uso interno da prefeitura é utilizada apenas para fins administrativos dos setores da prefeitura como, por exemplo, para gerar documentos do exercício da Administração Pública e gerar também indicadores como apoio no planejamento. Somente os servidores públicos deste município possuem acesso a esse sistema.

Em se tratando de uma ferramenta de uso interno, não há a possibilidade de o SONNER abranger todos os dados de cultura de maneira atrativa e de acesso a toda a população lavrense. De acordo com a assessora de cultura, o que a secretaria necessita é de um sistema que abrange um banco de dados que seja possível ter o acesso livre e de fácil manuseio. Dessa forma, é necessário contratar uma empresa terceirizada que irá operacionalizar a disponibilidade da organização desses dados em forma de mapa ou de banco de dados. Ressalta-se que é importante vincular o sistema ao Conselho Municipal de Política

Cultural de Lavras, que, tendo acesso a essa ferramenta, poderia utilizá-la na formulação e monitoramento das políticas públicas de cultura (NUNES, 2020).

Para que a gestão municipal possa dar continuidade às pesquisas e gestão do mapeamento cultural, são necessárias competências e capacidades tecnológicas que sejam articuladas conforme a demanda da cultura, e para, além disso, é necessário que a gestão do fluxo dos processos das informações culturais seja atualizada e sistematizada em um banco de dados unificados. Considerando a relevância desses trâmites é preciso que as informações e os indicadores culturais estejam disponíveis para a mensuração, avaliação e o monitoramento das políticas públicas de cultura de Lavras. “Os sistemas de informações e indicadores culturais só farão sentido se foram construídos a partir do conhecimento desses segmentos do campo cultural e, para a produção desse conhecimento, serão essenciais as ações de mapeamento e pesquisas culturais.” (CRAVEIRO, 2019, p.5).

Em síntese, é possível analisar que as informações culturais disponíveis no município estão dispersas e são muito restritas, dessa forma, elas são utilizadas apenas para a elaboração de eventos de cultura e para subsidiar a aplicação de leis de incentivo como a Lei Rouanet e a Lei Aldir Blanc. É claro que os recursos destinados às leis de incentivo à cultura são fundamentais para a execução dos projetos culturais no município. Contudo, é preciso e fundamental que o município desenvolva um mapeamento cultural e um banco de para obter e disponibilizar o máximo de informações culturais possíveis para a formulação de políticas públicas mais amplas e densas e que possam ser aplicadas também a longo prazo.

A política pública cultural desde sua consolidação passou e ainda passa, principalmente no atual cenário da política no Brasil, por grandes percalços, no que diz respeito aos recorrentes cortes orçamentários no campo da cultura e no desmonte de políticas e programas culturais. Esses empecilhos corroboram para a falta de recursos para o desenvolvimento de pesquisas e diagnósticos culturais e políticas públicas de longo prazo principalmente nos municípios. Com o crescimento da dimensão e da dinâmica cultural no município de Lavras é imprescindível e urgente a construção de indicadores culturais que sirvam como base não somente para a produção de eventos, mas para a análise do conhecimento sobre a produção e consumo de bens e serviços de cultura e para a produção de redes integradas para o desenvolvimento da cultura local.

A busca pelas informações culturais deve ser amplamente abrangente para a construção de indicadores que possam mensurar estatísticas e diagnósticos, em relação ao

número de participantes na produção de atividades culturais, pesquisas estruturais em empresas que produzem atividades de cultura, gastos da administração municipal no campo da cultura, índices de preço da cultura, gastos das famílias, ocupação no setor de cultura, impacto do setor da cultura na economia, hábitos culturais da população, perfil do público na realização de eventos, características socioeconômicas como raça, sexo, rendimento salarial, nível de escolaridade, dentre outros.

Em resumo, essas informações são fundamentais para que a implementação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores seja concretizada no município de Lavras. É preciso, a priori, superar o desafio em coletar as informações e transformá-las em indicadores culturais. É necessária também uma pesquisa aprofundada sobre os diversos segmentos de cultura em relação à produção cultural no município, além da busca de recursos orçamentários e de pessoas capacitadas para organizarem a gestão das informações culturais e principalmente buscarem infraestrutura tecnológica para a construção de um mapeamento cultural, que colabore para a perspectiva da integração e continuidade dos dados culturais, de modo que eles possam produzir e alimentar as informações de cultura para o desenvolvimento da política pública cultural no município de Lavras.

As informações culturais, quando bem geridas e asseguradas em uma estrutura institucional de gestão que contribui para a elaboração e monitoramento de um planejamento setorial contínuo, corroboram para o planejamento das políticas públicas implementadas no município, garantindo assim, o fortalecimento da diversidade cultural mesmo enfrente as dificuldades enfrentadas no cenário político dentro do campo da cultura.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do desenvolvimento dessa pesquisa, foram abordados temas referentes às políticas culturais, bem como o desenvolvimento histórico das políticas públicas de cultura no Brasil, o Sistema Nacional de Cultura e a Gestão da Informação, apresentada como base para a análise do fluxo dos processos das informações culturais em Lavras. Esta pesquisa pretende analisar as formas de utilização dos dados e informações de cultura no município e contribuir para a implementação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais.

Observamos que o problema de pesquisa “como são geridas as informações sobre cultura em Lavras e como têm sido utilizadas para a estruturação das políticas de cultura locais? E de que forma a criação de um SMIIC pode contribuir para uma gestão mais efetiva

da cultura?” foi respondido, de certo que, identificamos através das entrevistas realizadas que a Secretaria de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura de Lavras não possui um sistema próprio para a realização do processo da gestão da informação cultural e que a ausência de um suporte tecnológico adequado, faz com que as informações sejam geridas de forma manual, armazenadas e disponibilizadas apenas nas dependências da Secretaria.

Analisando o processo da gestão da informação sobre os eventos, espaços, atores e projetos culturais realizados pelo setor de cultura da Secretaria, é possível considerar que a falta de uma infraestrutura tecnológica e de um sistema de informações de cultura com um banco de dados unificados, afeta de maneira direta a disseminação das atividades, serviços e o tempo utilizado para a realização dos registros e salvaguarda das informações culturais. Com o investimento adequado no setor de cultura é possível que haja uma melhoria na rede de compartilhamento de informações entre os setores de produção cultural e na integração e comunicação entre os órgãos responsáveis pela gestão de cultura e a sociedade civil.

Além disso, foi possível verificar também, através dos indicadores culturais da gestão do fluxo das informações sobre os atores, equipamentos, espaços e projetos de cultura, que há uma grande possibilidade e viabilidade de que por meio da implementação de um mapeamento cultural essas informações estejam visíveis e de fácil acesso não só para os gestores culturais, mas para todos os indivíduos produtores de cultura, sendo necessário dessa forma, uma estruturação e definição de ferramentas e mecanismos que sejam viáveis para a execução de pesquisas e mapeamentos culturais.

Além do mais, as informações disponíveis sobre a cultura local estão dispersas e descentralizadas nas dependências da Secretaria do Esporte, Lazer, Turismo e Cultura. Dessa forma, as informações disponibilizadas têm sido utilizadas somente para a estruturação de políticas públicas de cultura para a atual gestão do governo vigente, sendo aplicadas somente para a realização das ações referentes à promoção da cultura local através da execução de eventos e na submissão de projetos e leis de incentivo à cultura.

A falta de subsídios para a construção de indicadores culturais que contemplam diversos segmentos sociais, econômicos e de desenvolvimento da cultura e não somente atores e empresas culturais, afeta diretamente no planejamento e elaboração de projetos, programas e políticas de cultura que serão executadas a médio e longo prazo. Para, além disso, a carência de ferramentas indispensáveis para a gestão da cultura local como, recursos orçamentários, gestores capacitados, transparência das informações e infraestrutura

tecnológica para a hospedagem de um software em um servidor seguro para armazenamento das informações culturais de Lavras, afeta também o desenvolvimento e a construção do SMIIC no município.

No entanto, para a implementação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais, faz-se necessário o estabelecimento de diretrizes que sejam pautadas na construção de um mapeamento cultural, no desenvolvimento de uma política pública de cultura sólida que permita a garantia das ferramentas necessária para a gestão do SMIIC como instrumentos tecnológicos, de pessoas, gestão e projetos, e principalmente a garantia de investimentos que possibilita a continuidade, manutenção e avaliação operacional do sistema.

Por fim, esperamos que o presente estudo possa não somente contribuir para o processo da implementação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais, mas que também possa fortalecer o Sistema Municipal de Cultura em Lavras, uma vez que, a estruturação de um sistema de cultura requer um diálogo entre o desenvolvimento e os setores institucionais de cultura, potencializando dessa forma, a formulação de políticas culturais. Para isso, é fundamental a construção de indicadores culturais no qual possam articular as informações e dados de cultura que irão auxiliar no desenvolvimento e na reflexão da cultura de Lavras enquanto dimensão simbólica, cidadã e econômica.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAGO.ORG.BR. **LAVRAS**. Disponível em: <https://alago.org.br/hotsite.asp?id=33>. Acesso em: 6 set. 2021.

AMORIM, F. B.; STADLER, A. O acesso à informação na gestão pública: dificuldades enfrentadas pelo poder executivo municipal de Londrina/PR. *Revista de Gestão e Secretariado*, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 246–268, 2019. DOI: 10.7769/gesec.v10i2.873. Disponível em: <https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/873>. Acesso em: 07 mar. 2022

BARROS, José Márcio e OLIVEIRA JÚNIOR, José (org.). **Pensar e agir com a cultura: desafios da gestão cultural**. BARBALHO, A. Política Cultural. Coleção Políticas e Gestão Culturais. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Salvador, Bahia, 2013.

BARROS, José Márcio. Observatório da cultura: entre o óbvio e o urgente. *Revista do Observatório Itaú*, São Paulo, n. 2, 2007

BARBALHO, A. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. Salvador: UFBA, 2007 (Coleção CULT). 37-60 p.

BARBALHO, A. O SISTEMA NACIONAL DE CULTURA NO GOVERNO DILMA: CONTINUIDADES E AVANÇOS. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, [S. l.], v. 2, n. 2,

p. 188-207, 2014. DOI: 10.21814/rlec.74. Disponível em: <https://rlec.pt/index.php/rlec/article/view/1775>. Acesso em: 18 out. 2021.

BARBOSA, R. R.; SEPÚLVEDA, M. I. M.; COSTA, M. U. P. da. Gestão da informação e do conhecimento na era do compartilhamento e da colaboração. *Informação & Sociedade: Estudos*, [S. l.], v. 19, n. 2, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/2378>. Acesso em: 05 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Cultura. As metas do plano nacional de cultura. Apresentação de Ana de Holanda e Sérgio Mamberti - São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2012a.

BRASIL. Ministério da Cultura. Como fazer um plano de cultura. São Paulo: Instituto Via Pública. Brasília, MinC, 2013. 96 p.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Guia de orientação para os municípios**. Sistema Nacional de Cultura. Brasília. Dez. 2012b.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da Cultura e Políticas Públicas**. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, abr./2011. Disponível em: <
http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v15n02/v15n02_10.pdf. > Acesso em: 23 ago. 2021.

BORGES, S. S.; ARAÚJO H. B. N. de. Municipalização, política pública e gestão municipal: uma análise do processo de municipalização da cultura no estado da Bahia. *Cadernos de Geografia: Revista Colombiana de Geografia*, 2015. 135-156 p.

CALABRE L. Desafios à Construção de Políticas Culturais: Balanço da Gestão Gilberto Gil. *Revista de Antropologia e Arte*, v.1, p. 293-301, 2009.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas**. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007. Salvador, Anais...Salvador: ENECULT, 2007.

CALABRE, L. Políticas Culturais: indicadores e informações como ferramentas de gestão pública. In: Barbalho, Alexandre et al. (Org.). *Cultura e desenvolvimento : perspectivas políticas e econômicas*. Salvador : EDUFBA, 2011. p. 71-84

CALABRE, Lia. Política cultural no Brasil: um histórico. In: Calabre Lia (org.) *Política culturais: diálogo indispensável*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2005, p. 9-20

CALABRE, Lia. Políticas públicas e indicadores culturais: algumas questões. V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação/UFBA – Bahia, 2009.

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. 07/12/2000. Págs. 85 a 92. Disponível em : <https://www.camara.leg.br/>.

COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

COHN, G. A concepção oficial da política cultural nos anos 70. In: MICELI, S. (Org.). Estado e cultura no Brasil. São Paulo, Difel, 198

Comitê Gestor da Internet no Brasil. (2019). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nos equipamentos culturais brasileiros – TIC Cultura 2016**. São Paulo: CGI.br.

Conferência Nacional de Cultura: Análises das propostas de diretrizes. IN: CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: história e contemporaneidade. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

CONSAD.ORG.BR. **PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DE PLANOS SETORIAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO DO PLANO NACIONAL DE CULTURA**. Disponível em: <http://consad.org.br/wp-content/uploads/2013/05/066-PARTICIPA%C3%87%C3%83O-SOCIAL-NA-CONSTRU%C3%87%C3%83O-DE-PLANOS-SETORIAIS-DE-POL%C3%8DTICAS-P%C3%9ABLICAS-UM-ESTUDO-DO-PLANO-NACIONAL-DE-CULTURA.pdf>. Acesso em: 6 set. 2021.

CRAVEIRO, Caroline. Mapeamento cultural como instrumento para a gestão da política pública de cultura em Belo Horizonte – MG. 2017. 159 f. Dissertação (Mestrado em Análise Espacial) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

CRAVEIRO, Caroline. **MAPEAMENTOS E PESQUISAS NO ÂMBITO DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS DE BELO HORIZONTE**. 2019

DUARTE, R. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar em Revista, Curitiba, v. 24, p. 213-225, 2004.

FERNANDES, Natalia Ap. Morato. A política cultural à época da ditadura militar. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun 2013, pp. 173-192

FERREIRA, Rodrigo Nunes. Entre latas e metáforas: os desafios da construção de indicadores de políticas culturais municipais. 2019.

FERREIRA, Juca. **Indicadores culturais e políticas públicas**. 2019

GHEZZI, Daniela. **Gestão Cultural 2.0: uso de tecnologia na geração de indicadores para a cultura**. 2019

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002

GIL, G. Discurso do ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do Cargo. Brasília, Ministério da Cultura, 2003.

GERGARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Editora da UFRGS: Porto Alegre, 2009.

GOVERNO DE LAVRAS. **SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER, TURISMO E CULTURA**. Disponível em: <https://www.lavras.mg.gov.br/departamento/secretaria-de-esporte-lazer-turismo-e-cultura/MTUxNQ>. Acesso em: 26 ago. 2021.

GOVERNO DE LAVRAS. CONSELHO DELIBERATIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE LAVRAS. Disponível em: <https://www.lavras.mg.gov.br/artigo/conselho-deliberativo-dobr-patrimonio-cultural-de-lavras/MTE4OTU>. Acesso em: 13 mar. 2022.

GOVERNO FEDERAL. LEI Nº 14.017, DE 29 DE JUNHO DE 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.017-de-29-de-junho-de-2020-264166628>. Acesso em: 13 mar. 2022.

[HTTP://PNC.CULTURA.GOV.BR/](http://pnc.cultura.gov.br/). **Plano Nacional de Cultura (PNC)**. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/lei-do-plano/>. Acesso em: 6 set. 2021

IBGE. **Sistema de Informações e Indicadores Culturais**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/cultura-recreacao-e-esporte/9388-indicadores-culturais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 26 ago. 2021.

INDICADORES Culturais. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo14355/indicadores-culturais>. Acesso em: 07 de abril de 2022. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7.

INNARELLI, H. C. Preservação digital: a influência da gestão dos documentos digitais na preservação da informação e da cultura. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 9, n. 1, p. 72–87, 2011. DOI: 10.20396/rdbci.v8i2.1934. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1934>. Acesso em: 6 nov. 2021.

INSTITUTO TIM. MAPAS CULTURAIS. Disponível em: <https://institutotim.org.br/projetos/mapas-culturais/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

JANNUZZI, P. DE M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*, v. 56, n. 2, p. p. 137-160, 20 fev. 2020.

JANNUZZI, Paulo M. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. 3a ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

LARAIA, R.B. **Cultura, um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LAVRAS. Prefeitura Municipal. Sistema Municipal de Cultura. Lei nº 3.938, de 10 de maio de 2013. Projeto de Lei do Executivo nº 009/2013, de autoria do prefeito, Marcos Cherem. Lavras: Prefeitura Municipal, 2013

LINS, Cristina Pereira de Carvalho. Levantamento da ação institucional entre o MinC e o IBGE: desde as gestões Gil/Juca. *Políticas Culturais em Revista*, v. 2, n. 8, p. 1-27, 2015. Disponível em: Acesso em: 02 abril 2022.

MACHADO, Ana Flávia. Nota sobre indicadores culturais: uma proposta de construção. 2019

MARTINS, H. H. T. de S. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

Meira, Márcio & Gazzinelli, Gustavo (2006) “Sistema Nacional de Cultura”, in Calabre, Lia (org.) *Oficinas do Sistema Nacional de Cultura*. Brasília: Ministério da Cultura, pp. 09-24. http://www2.cultura.gov.br/upload/Projeto_Oficinas_Miolo_1156970790.pdf Acesso em: 15 set. 2021

MICELI, Sérgio. (org.) *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/aceso-a-informacao/lgpd#:~:text=A%20Lei%20Geral%20de%20Prote%C3%A7%C3%A3o,da%20personalidade%20de%20cada%20indiv%C3%ADduo..> Acesso em: 15 abr. 2022.

MONTEIRO, S. A.; DUARTE, E. N. Indicadores de Qualidade como instrumento de avaliação da Gestão da Informação. *Folha de Rosto*, v. 2, n. 1, p. 15-25, 30 jun. 2016

MOREIRA, R.; CALABRE, L. Financiamento da Cultura sob a ótica dos direitos culturais: possibilidades e desafios do Plano Nacional de Cultura. *Políticas Culturais em Revista*, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 97–114, 2013. DOI: 10.9771/1983-3717pcr.v5i2.6788. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/6788>. Acesso em: 18 out. 2021.

MOISPES, José Álvaro. Estrutura institucional do setor cultural no Brasil. In: moisés, José Álvaro et al. *Cultura e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura, 2001. p. 13- 55. (v. 1).

NASCIMENTO, A. A política cultural no Barsil: do Estado ao mercado. *ENECULT*, 3., 2007, Salvador. *Anais...* Salvador: Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, 2007.

NUNES, Lucinda F. **Entrevista concedida pela Assessora de Cultura da Secretaria do Esporte Lazer, Turismo e Cultura de Lavras**, Minas Gerais. Lavras, 2022.

PLANO NACIONAL DE CULTURA. **Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura**. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2018/05/Plano-Nacional-de-Cultura-Diretrizes.pdf>. Acesso em: 6 set. 2021.

Plano Nacional de Cultura: estratégias e ações para dez anos. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: EDUFBA, 2010

QUEIROZ, D. G. de C.; MOURA, A. M. M. de. Ciência da Informação: história, conceitos e características. **Em Questão**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 26–42, 2015. DOI: 10.19132/1808-5245213.26-42. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/57516>. Acesso em: 25 mar. 2022.

RIBEIRO, Bruno de Araújo; PINHO NETO, Júlio Afonso Sá de. Análise do processo de gestão da informação nos projetos artístico-culturais desenvolvidos pelo Centro Cultural Piollin. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 21, n. 3, p. 258-285, abr. 2017. ISSN 1981-8920. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/26975>. Acesso em: 05 mar. 2022. doi: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2016v21n3p258>.

Reis, Paula Félix dos (2008) Políticas culturais do Governo Lula: análise do Sistema e do Plano Nacional de Cultura. Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia.

REPOSITORIO.UFBA. **POLITICAS CULTURAIS NO BRASIL**. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/138/4/Políticas%20culturais%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.

REPOSITORIO.UNISINOS. **Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais: desafios da criação de uma ferramenta de avaliação de políticas públicas de fomento à cultura no município de Gravataí/RS**. Disponível em: <http://repositorio.unisinos.br/ihu/v-seminario-observatorios/25-constante-informacoes-culturais.pdf>. Acesso em: 6 set. 2021.

ROCHA BELLO BERTIN, P.; VISOLI, M. C.; DRUCKER, D. P. A GESTÃO DE DADOS DE PESQUISA NO CONTEXTO DA E-SCIENCE: BENEFÍCIOS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA ORGANIZAÇÕES DE P&D. PontodeAcesso, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 34–48, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/21449>. Acesso em: 05 abr. 2022.

RUBIM, A. A. C. **Desafios e dilemas da institucionalidade cultural no Brasil**. MATRIZES, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 57-77, 2017. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v11i2p57-77. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/123379>. Acesso em: 5 set. 2021.

RUBIM, Antonio Albino Canelas (2008). Políticas culturais do governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e BAYARDO, Rubens (Orgs.). Políticas Culturais na Ibero-América. Salvador: EDUFBA

RUBIM, Antônio Albino C. & BARBALHO, Alexandre B. (orgs.). (2007), Políticas culturais no Brasil . Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia.

SÁ-SILVA, J.; ALMEIDA, C. & GUINDANI, J. 2009. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, São Leopoldo, ano.

SANTOS, F. P.; DAVEL, E. Gestão de Equipamentos Culturais e Identidade Territorial: Potencialidades e Desafios . **Pensamento & Realidade**, v. 33, n. 1, p. 109-134, 2018.

SILVA, A. R.; JORENTE, M. J. V. Sniic: a plataforma digital de cultura brasileira sob a perspectiva das convergências entre o design e a ciência da informação. Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/105266>. Acesso em: 02 abr. 2022.

SISTEMA NACIONAL DE CULTURA. **O QUE É O SNC**. Disponível em: <http://portalsnc.cultura.gov.br/sobre/o-que-e-o-snc/>. Acesso em: 26 ago. 2021.

Souza, Aline Pita Bulhões de. Políticas públicas culturais de acesso : análise do Vale-Cultura/ Aline Pita Bulhões de Souza. – 2016.

SOUSA E SILVA, Liliana. Indicadores para políticas culturais de proximidade: o caso Prêmio Cultura Viva. 2007. 319 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), São Paulo, 2007

SOUZA, E. D. de; DIAS, E. J. W.; NASSIF, M. E. A Gestão da Informação e do Conhecimento na Ciência da Informação: Perspectivas Teóricas e Práticas Organizacionais. Informação & Sociedade: Estudos, [S. l.], v. 21, n. 1, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/4039>. Acesso em: 05 abr. 2022.

STARLING, Mônica. Uma base de dados para a cultura: perspectivas para o mapeamento setorial e territorial no estado de Minas Gerais. 2019.

Sugahara, Cibele Roberta, Sirotheau Corrêa Jannuzzi, Celeste Aída, Mina Falsarella, Orandi Gestão do fluxo de informação em ambiente organizacional. Ciencias de la Información [en línea]. 2015, 46(2), 33-48[fecha de Consulta 27 de Marzo de 2022]. ISSN: 0864-4659. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=181441052002> >. Acesso em 25 mar. 2022.

TEZANI, Thaís Cristina Rodrigues. **A educação escolar no contexto das tecnologias da informação e da comunicação: desafios e possibilidades para a prática pedagógica curricular**. Bauru: Revista faac. [online], p. 35-45. vol. 1, n. 1, set. 2011. Disponível em . Acesso em: 6 nov. 2021.

UNESCO. **Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural**. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184755por.pdf>. Acesso em: 6 set. 2021.

Vaz, J. C. (2016). Transformações Tecnológicas e Perspectivas para a Gestão Democrática das Políticas Culturais. Cadernos de Gestão Pública E Cidadania (B1), 22(71), 85–104. Disponível em: < <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v22n71.63284> >. Acesso em: 6 nov. 2021.

VITAL, Luciane Paula; FLORIANI, Vivian Mengarda; VARVAKIS, Gregório. Gerenciamento do fluxo de informação como suporte ao processo de tomada de decisão: revisão.. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 85-103, mar. 2010. ISSN 1981-8920. Disponível em:

<<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/5335>>. Acesso em: 26 fev. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2010v15n1p85>.

APÊNDICE A – Roteiro

Entrevista 1

**Secretaria de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura – Prefeitura Municipal de Lavras
Casa da Cultura (Rua Santana, nº 111)
35 3694-4086 – cultura@lavras.mg.gov.br**

Entrevistada - Lucinda Firmino Nunes, Assessora de Cultura

Os dados relativos à cultura em Lavras, da gestão e da participação da sociedade, não são encontrados em locais de fácil acesso.

As informações que serão apresentadas aqui foram recolhidas através de dados e documentos arquivados na Secretaria de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura e dados obtidos pelo mapeamento cultural realizado no município pela Universidade Federal de Lavras.

Quais são os equipamentos e espaços públicos culturais no município de Lavras?

1- Equipamentos culturais:

1. Biblioteca Municipal Meirinha Botelho
2. Casa da Cultura Bi Moreira
3. Centro de Artes e Esportes Unificados – Praça CEU's
4. Igreja Nossa Senhora do Rosário
5. Praça Dr. Augusto Silva
6. Praça Dr. Jorge
7. Praça Dr. José Esteves

2- Quantos e quais são os atores culturais?

R: Segundo o Art. 5º do DECRETO Nº 15475, que regulamenta o Cadastro Municipal de Cultura (CMC) no âmbito do município de Lavras, o Cadastro deve constituir bancos de dados referentes a bens, serviços, infra-estrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, relacionados à cultura municipal. Entende-

se como agente ou atores culturais, o profissional ou grupo do setor cultural que tenha como atividade principal sua atuação no campo cultural ou na cadeia econômica da cultura.

Até a data de 18 de fevereiro de 2021, conforme os dados do Cadastro Municipal de Cultura, são 398 artistas cadastrados, como Profissionais da Cultura – Pessoa Física e 98 Espaços Culturais, Grupos, Empresas e Coletivos.

3- Quais são os programas/projetos/eventos institucionais já realizados e/ou em execução pela Secretaria? Existe algum registro e avaliação desses programas e projetos?

R: A Secretaria de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura tem em suas atribuições as seguintes ações:

- Promover, implantar e executar programas, bem como fixar diretrizes relativas ao desenvolvimento das atividades esportivas, recreativas e turísticas no Município;
- Organizar o calendário de eventos recreativos do Município;
- Executar a política de cultura do Município;
- Coordenar as atividades de planejamento e organização de programas de formação cultural e artística;
- Administrar as Bibliotecas Municipais;
- Planejar e coordenar a implantação, a expansão e a administração de unidades de prestação de serviços culturais, tais como bibliotecas, museus, centros culturais, teatro, escolas de artes e assemelhados;
- Promoção e coordenação de feiras de arte ou de artesanato popular;
- Promoção, coordenação e execução de programas, projetos e atividades relativas às promoções culturais do Município. (Site da Prefeitura de Lavras, disponível em: <https://www.lavras.mg.gov.br/departamento/secretaria-de-esporte-lazer-turismo-e-cultura/MTUxNQ==>)

No período de 2017 a 2021, foram realizadas atividades e eventos que contribuíram para o cumprimento das diretrizes do Plano de Governo atual, bem como a valorização da cadeia produtiva e do trabalho dos profissionais da cultura de Lavras. Os registros dessas atividades estão disponíveis na internet, através das mídias digitais da Prefeitura Municipal de Lavras e outros órgãos que fizeram a divulgação dessas ações. As avaliações das ações da Secretaria ocorrem após a realização de cada uma delas, durante as reuniões internas.

Exposições realizadas (média de visitas – 500 pessoas):

- (15 ago. – 30 nov. 2017). Olhares sobre Lavras: Antes e Depois
- (9-28 fev. 2018). Memorial Rafael Salustiano
- (8-23 mar. 2018). A Arte da Mulher de Lavras
- (24 abr. – 6 jun. 2018). ‘1968: o Ano do Centenário’
- (15 jun. – 13 jul. 2018). Copa do Mundo
- (17 set. – 5 out. 2018). 35 Anos do Museu Bi Moreira: História de Lavras
- (28 fev. – 15 mar. 2019). Memórias dos Carnavais Lavrenses
- (18 - 29 mar. 2019). Homenagem às mulheres lavrenses – Azená de Oliveira
- (17 – 30 abril 2019) Homenagem à Cultura Indígena
- (Outubro 2021) Exposição Lucia Cicarelli – Semana do Idoso
- (Outubro 2021) Artistas de Lavras – Aniversário de Lavras (Quinta da Arte)

Eventos realizados:

Nos anos de 2020 e 2021, as ações foram interrompidas, parcial ou totalmente, por conta da crise sanitária ocasionada pela Pandemia da Covid 19.

Eventos realizados ou que contaram com o apoio da Secretaria em 2017: 194

Eventos realizados ou que contaram com o apoio da Secretaria em 2018: 133

Eventos realizados ou que contaram com o apoio da Secretaria em 2019: 149

Eventos realizados pela Secretaria em 2020: Carnaval Vem com a Gente (Fevereiro 2020)

Eventos realizados pela Secretaria em 2021:

- (Março 2021) Semana da Mulher
- (Agosto 2021) Mostra Cultural
- (Outubro 2021) Aniversário de Lavras (Quinta da Arte: apresentações artísticas no Pátio da Cultura Homero Faria todas as quintas-feiras de outubro de 2021; Cinema no Pátio (exibição do filme “Cinema Paradiso” no Pátio da Cultura seguido de uma roda de conversa; Retratos de Lavras: mostra fotográfica com fotos de pássaros e da cidade de Lavras e bate-papo com a fotógrafa Ana Regina Nogueira).
- (Novembro 2021) Novembro Negro (Mês da Consciência Negra)
- (Dezembro 2021) Natal Iluminado de Lavras

4- Quais são os mecanismos de fomento e incentivo aos projetos culturais propostos pela sociedade civil, e pela Secretaria?

R: O fomento e incentivo às atividades culturais desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Lavras, através da Secretaria de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura compreendem o orçamento municipal, contemplados pelas leis orçamentárias.

É interesse do Governo Municipal, como consta no Plano de Governo atual, o investimento em ações de valorização da arte e cultura de Lavras, bem como a disponibilização dos recursos financeiros, humanos e outros na garantia da preservação da história e da cultura municipal.

5- Há projetos culturais desenvolvidos em parceria com outras Secretarias da Prefeitura e ou com outras Prefeituras de regiões vizinhas?

R: Há alguns projetos realizados na Praça CEU's, em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Social. Já com outras prefeituras, existe a participação do município no Grupo de Gestores Municipais de Cultura, criado pelo Observatório de Políticas Públicas da Universidade Federal de Lavras.

6- Quais são os patrimônios culturais, de natureza material e imaterial e os bens tombados e registrados no Município? Como e onde essas informações são registradas?

R: As informações sobre o patrimônio de Lavras estão disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Lavras. Acesso em: <ps://www.lavras.mg.gov.br/artigo/conselho-deliberativo-dobr-patrimonio-cultural-de-lavras/MTE4OTU=>

A visita ao endereço citado permitirá o acesso à lista completa.

7- Como as informações sobre a cultura local são utilizadas para a realização de projetos e eventos culturais no município?

R: As ações da Secretaria, muitas vezes, nascem das demandas apresentadas pela comunidade, pelo cumprimento do calendário de eventos municipais ou ainda pela existência de algum fator externo ao Plano de Governo. As informações auxiliam na tomada de decisões para a equipe de colaboradores da Secretaria, como por exemplo, público que se deseja alcançar, tipo de local para realização da atividade, contribuição da ação para valorização da história e patrimônios locais.

8- De que maneira são armazenados os dados sobre cultura do município na Secretaria? A Secretaria de Cultura teve acesso aos dados e informações sobre a cultura da gestão anterior?

R: As ações da Secretaria correspondem aos princípios da administração pública, como a transparência e a legalidade, por exemplo, além de haver zelo para que as informações estejam disponíveis aos interessados. Para tal, utiliza-se os mecanismos oferecidos pela gestão municipal, como as publicações nas edições do Diário Oficial do Município, site da Prefeitura e outras mídias disponíveis.

O armazenamento de dados está apenas disponibilizado nas dependências da Secretaria, podem ser consultados através de solicitação prévia. Por isso, há a necessidade da criação de um banco de dados para consultas referentes à cultura municipal.

Na etapa de troca de gestões municipais, anos de 2020 e 2021, os dados permaneceram acessíveis nas dependências da Secretaria, prédio da Casa da Cultura, garantido pela presença de parte da equipe que atuou na transição. Esse processo pode ter permitido e possibilitado a continuidade no trabalho já iniciado.

9- As informações sobre a cultura são de fácil acesso à sociedade ? Quais os mecanismos adotados para acesso à informação?

R: Como já dito, as informações podem ser pesquisadas nos canais de transparência do Governo Municipal ou solicitada consulta na Secretaria.

10 - Qual a periodicidade e como acontece a atualização das informações, é realizado algum relatório mensal, semestral ou anual sobre a cultura?

R: A periodicidade acontece de acordo com a necessidade de publicação das informações culturais aos interessados. Não há a realização de relatórios mensais, semestrais ou anuais. Exceto para fins de organização interna.

11- Quais as tecnologias são utilizadas para armazenamento das informações e colocadas à disposição do quadro de funcionários? Como você avalia o atual processo de gestão da informação cultural?

R: O acesso dos colaboradores às informações acontece durante as reuniões internas, onde são discutidas as pautas conforme demandas da Secretaria, além da comunicação desses dados acontecer através do compartilhamento de mensagens pelas redes sociais e por lista de e-mail.

A avaliação feita até esse momento, é que não existe uma gestão específica para as informações obtidas na Secretaria, nem locais ou mídia criada especificamente para conter dados sobre a cultura de Lavras. O fortalecimento do Sistema Municipal de Cultura e em consequência o Sistema de Informações e Indicadores Culturais, previstos na Lei Municipal nº 3.938 de maio de 2013, poderá garantir a consolidação desse espaço digital de compartilhamento de dados.

12- Como a secretaria planeja repassar as informações da cultura para a próxima gestão? De que maneira a criação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais no município poderá auxiliar os atores culturais? E a gestão de cultura?

R: O entendimento é que esse processo precisa ser de continuação e máxima transparência. A criação de um banco de dados para acesso de toda sociedade e o fortalecimento do Sistema de Cultura são possibilidades para garantir essa ação.

De acordo com a Lei Municipal nº 3.938 de maio de 2013, o Sistema de Informações tem a finalidade de gerar informações e estatísticas da realidade cultural local com cadastros e indicadores culturais construídos a partir de dados coletados pelo Município, o que poderá facilitar o contato dos atores e agentes culturais entre si, intercâmbio de projetos, realização de atividades desenvolvidas em conjunto, entre outros.

Para a gestão da cultura há possibilidade de criação de indicadores, a partir dos dados coletados, auxílio na tomada de decisão das ações da Secretaria, garantia da efetiva existência do Sistema de Cultura e outros.

13- O que você pensa sobre um mapeamento cultural do município como instrumento de registro de eventos, manifestações artistas e agentes culturais?

R: Ações como esta, reforçam a importância da existência de dados culturais para auxiliar na tomada de decisão, na democratização do acesso à informações qualificadas sobre cultura, apoiando a produção de conhecimento especializado pela gestão municipal.

Em 2015, foi iniciado pela Universidade Federal de Lavras, especificamente com alunos e professores do curso de Administração Pública, um projeto denominado Mapeamento Artístico-cultural do município de Lavras proposto um diagnóstico sobre os processos e equipamentos culturais, grupos artísticos, artistas, programas públicos e privados na área da cultura.

A intenção do projeto seria sistematizar e analisar os dados obtidos. Bem como debater com a comunidade, artistas e gestores públicos as informações coletadas de forma a estimular e desenvolver indicadores culturais.

O objetivo geral apresentado foi produzir informações e análises qualificadas sobre a realidade artístico cultural de Lavras e disponibilizá-las à comunidade, de modo a criar na Universidade Federal de Lavras, um espaço para reflexão, debate, monitoramento com realização de pesquisas sobre as políticas da cultura, bem como, para realizar o assessoramento e formação de gestores e usuários dessas políticas.

O projeto foi constituído em quatro fases: 1) realização do mapeamento artístico-cultural em Lavras; 2) criação de um banco de dados para armazenar informações; 3) criação de indicadores culturais e análise das informações; 4) divulgação e debate sobre os resultados da pesquisa.

O resultado parcial desse mapeamento foi apresentado em uma reunião no espaço UAI TEC, em Lavras, no mês de novembro de 2016 com a presença de artistas, produtores culturais, autoridades municipais, associações e sociedade em geral. Foram apresentados também os passos para a realização do acesso às informações coletadas que estavam disponibilizadas no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC.

A realização de um mapeamento artístico-cultural no município de Lavras pode contribuir para o início da sistematização das informações acerca dos equipamentos de cultura e da criação de indicadores culturais que no futuro poderão compor um Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais.

14 - Por fim, quais informações você considera de extrema importância estar no mapeamento cultural de Lavras?

R: As informações já existentes na primeira ficha criada atendem bem às demandas da Secretaria. Talvez pudessem ser acrescentadas mais informações relativas ao trabalho do profissional da cultura, como por exemplo, setor que atua, tempo de atuação, tipo de ações culturais que realiza e participa.

APENDICE B - Roteiro

Entrevista 2

**Secretaria de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura – Prefeitura Municipal de Lavras
Casa da Cultura (Rua Santana, nº 111)
35 3694-4086 – cultura@lavras.mg.gov.br**

Entrevistada - Lucinda Firmino Nunes, Assessora de Cultura

1- Qual plataforma foi utilizada para o Cadastro Municipal de Cultura?

Foi utilizado uma plataforma do google, onde não permite alterações e organização das respostas. O intuito é criar um mapa cultural onde possamos disponibilizar os dados dos artistas locais talvez por bairro, setor ou região, em síntese a proposta é criar uma plataforma que amplie essas informações que conseguimos através do cadastro cultural.

2- Como foi realizada a chamada do Cadastro Municipal de Cultura?

As primeiras chamadas dos cadastros municipal em 2020 foram criadas para construirmos um banco de dados das informações sobre os atores culturais, no entanto, elas tinham o objetivo de conhecer a quantidade de artistas para conseguirmos montar a Lei Aldir Blanc no município e pensarmos em sua execução. Não há como pensar em uma política de cultura como a lei Aldir Blanc sem analisar a realidade das pessoas que irão usufruir desta lei. Dessa forma, pensamos em realizar um levantamento a grosso modo para sabermos qual o tipo de artistas, músicos e profissionais da área, qual a faixa etária, renda etc. A partir de 2020 quando ele foi lançado, começaram as campanhas de divulgação e quando retomamos a 2ª etapa da Lei Aldir Blanc foi iniciada novamente a divulgação do cadastro.

3- Como é feito o Cadastro Municipal de Cultura, em qual plataforma digital o link fica disponível?

Caso a pessoa física ou jurídica queira se cadastrar e não sabe como, nós sugerimos que ele entre no site da prefeitura, clique no ícone de busca, digite “cadastro de cultural” e o próprio

site o direciona para esse formulário. É claro que precisamos melhorar essa ferramenta, de forma que seja mais fácil e dinâmico.

Esse cadastro foi construído com as informações muito divulgada nas vésperas da Lei Aldir Blanc, então os municípios se organizaram para ter esse cadastro a partir de outros modelos que deram certo. Dessa forma, nós analisamos nossa realidade e que tipo de informações que queríamos e isso incluem informações referentes à pandemia.

4- Quais as dificuldades encontradas no cadastramento em termos de tecnologia?

O Sistema de informação da prefeitura não atende esse suporte tecnológico, além disso, a secretaria não possui um modelo ideal para repasse das informações de forma autônoma. Existe uma diretoria de comunicação dentro da prefeitura que trabalha com esse tipo de informação, dessa maneira, dependemos deles para a divulgação das atividades culturais.

5- A prefeitura do município possui essa infraestrutura tecnológica para a implementação do SMIIC?

Sem dúvidas precisaremos realizar uma contratação terceirizada para o desenvolvimento desse sistema. O que temos de tecnologia disponível é um sistema que a prefeitura contratou (Soner). No entanto, ele utiliza os dados não de uma forma atrativa e de cultura popular, ele é uma ferramenta de uso interno da prefeitura, ele é utilizado para gerar documentos do exercício da Administração Pública e gerar também indicadores como apoio no planejamento.

Para a implementação do SMIIC é necessário criar um banco de dados que possa ser acessível, inclusive nossa própria legislação encaminha muito para isso, que as informações estejam disponíveis para acesso tanto da Secretaria como para a população lavrense em geral. Dessa forma, contratar uma empresa que irá disponibilizar a organização desses dados em forma de mapa ou em forma de banco de dados é o caminho que deveremos seguir. É importante vincular o sistema ao Conselho Municipal da Política de Cultura, uma vez que, o conselho sabendo da existência de um banco de dados eles podem garantir a continuidade desse tipo de ação.

6- Em relação à tecnologia, como é utilizado? Há programas ou sistemas integrados na Secretaria?

Não, não temos suporte tecnológico, e os dois computadores disponíveis no setor da cultura são antigos. No entanto, em relação ao SMIIC, é melhor construirmos um modelo de sistema onde as pessoas conseguem acessar de suas próprias casas, de seus computadores e a prefeitura se ajustar, do que implementarmos um modelo de sistema simples que não seja atrativo (em relação ao custo benefício).

7- Em relação ao formulário do cadastro de cultura, ele foi abrangente? As informações solicitadas foram suficientes para levantamento de dados? Ou será necessário realizar outro levantamento?

Não acho que devemos alterar. As informações foram suficientes, contudo, tivemos bastante duplicidade de informações, como no cadastro já realizado, onde muitas pessoas preencheram mais de uma vez e com informações faltantes. Além da análise do cadastro feita, nós imprimimos cada uma das cópias e arquivamos na pasta suspensa que fica dentro do armário. Enumeramos cada um desses cadastros para facilitar a localização.

8- Os funcionários possuem acesso a esses documentos do Cadastro Cultural? E os conselheiros?

Sim, cada setor dentro da secretaria eles já criam seus próprios mecanismos de trabalho, por exemplo, o setor de eventos caso necessite de informações sobre determinado ator cultural para a realização de alguma apresentação, nós nos reunimos semanalmente, organizamos nossas ações mensais para a realização de eventos e o setor da cultura recorre à informação solicitada. Importante ressaltar que caso alguém necessite de algum documento sendo funcionário da própria secretaria ou de fora, eu preciso autorizar a entrega desse documento.

9- Como funciona o fluxo de informações sobre os dados de cultura, todos possuem acesso aos documentos? Esses documentos ficam apenas em uma máquina ou em algum sistema?

Os documentos impressos são arquivados de acordo com cada especificidade como, por exemplo, as ações que são da política Cultural são colocadas em uma pasta, os registros e informações dos eventos são colocados em outra pasta. Não temos essas informações disponíveis em outro lugar, caso alguém precise de um documento eles precisam solicitar por escrito (ofício) para ter acesso. Isso tem muito a ver com a maneira em que a prefeitura gera as informações administrativas.